

Unanimidade
26, 4 2024 T

ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro – 09FEV2024

N.º 26/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavoami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 09 de fevereiro de 2024 (sexta-feira).**Local:** Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.**Grupo Municipal do PSD:** Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.**Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':** José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Daniela Ribeiro Alegria, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.**Grupo Municipal do Partido Socialista:** Diana Catarina Anastácio Gandarinho, Domingos Manuel Ferreira Vilarinho e Mariana Alvelos Silva.**Grupo Municipal do Partido Chega:** Sérgio Louro.**Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:** Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).**Câmara Municipal de Ílhavo:** João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.**Substituições** (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)**Grupo Municipal do PSD:** Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substituiu André Filipe Casqueira Guimarães.**Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':** Rui Manuel da Rocha Rufino substituiu Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.**Grupo Municipal do Partido Socialista:** Miguel Ângelo Teixeira Andrade substituiu Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva foi substituído pelo Secretário do Executivo, José Augusto Ribau Carapelho.

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, Luís Carlos Cardoso Diamantino foi substituído pela Tesoureira do Executivo, Daniela Apolinário Pimentel.

Ausências justificadas e validadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia, sem substituição possível e atempada.**Grupo Municipal do Partido Socialista:** António Pedro Oliveira Martins.

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01NOV2023 a 31DEZ2023". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 2. "Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2023". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. "4.º Relatório de execução dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023 ". Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 4. "Minutas dos Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024". Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':07")

«Minhas Senhoras e meus Senhores. Boa noite, caros Deputados e caras Deputadas. Boa noite ao Público aqui presente. Sejam bem-vindos. Boa noite à comunicação social também aqui presente. E a todos os que nos seguem através da transmissão na nossa página de Facebook. Dou, então, assim as boas-vindas e dou como aberta esta sessão ordinária de fevereiro de 2024. Começo por pedir à minha Segunda Secretária que proceda à chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (16':52")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (18':52")

«Só uma informação. Eu acabei de receber uma mensagem do deputado Pedro Martins. Ele encontra-se doente e, portanto, impossibilidade de estar presente. E pede que a Mesa justifique a sua falta. Também dar nota do facto de não ter havido oportunidade, pelo Partido Socialista, de proceder a esta substituição.»

Suspensão de Mandato e respetiva substituição temporária

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (19':13")

«A Mesa recebeu, através do núcleo de apoio à Assembleia, um pedido de suspensão de mandato por 365 dias. Enquadrado no artigo 77º, da Lei n.º 169/99, de 8 de setembro, de acordo com o n.º 2 do articulado referido, o pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo plenário do órgão, na reunião imediata à sua apresentação. O que é o caso. Assim deixo à apreciação e ao conhecimento do plenário o pedido de suspensão de mandato por 365 dias, a contar da data de hoje, do eleito Modesto Manuel dos Santos, do Grupo Municipal do Partido Socialista. Pergunto se há alguém que tenha alguma consideração a fazer. Não? Muito bem. Assim a primeira sucedânea Mariana Alvelos Silva, do Partido Socialista, passa a substituir Modesto Manuel dos Santos enquanto vigorar a referida suspensão de mandato. Peço, por favor, à Segunda Secretária que confirme a presença.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (20':28")

«Mariana Alvelos Silva. Presente.»

Confirmada a presença e reconhecida a identidade, a deputada Mariana Alvelos Silva, inscrita nas listas do Partido Socialista, assumirá as funções como deputada da Assembleia Municipal de Ílhavo, no mandato 2021-2025, integrando o Grupo Municipal do PS, enquanto vigorar a condição de suspensão de mandato do deputado Modesto Manuel dos Santos.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':32")

«Muito bem. O Senhor Presidente, tinha pedido a palavra. Ok. Então, se calhar, suspendemos os trabalhos, só um bocadinho, está bem?»

Os trabalhos foram interrompidos, por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia, às 21:21.

A reunião foi retomada às 21:50.

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (21':51'')

«Vamos então reiniciar os trabalhos. Começamos então pela aprovação das atas n.º 23, 24 e 25. Portanto, as atas 23 e 24 são referentes à sessão ordinária de novembro e a ata n.º 25 referente à sessão extraordinária de dezembro.

Apenas se devem pronunciar os deputados desta Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões.

Pergunto se alguém tem alguma consideração a fazer relativamente a estas três atas.

Não havendo qualquer consideração, coloco a ata n.º 23, referente à reunião de 29 de novembro de 2023, da sessão ordinária de novembro, à aprovação.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata n.º 23 foi aprovada por unanimidade.

Coloco a ata n.º 24 da reunião de 30 de novembro de 2023, da sessão ordinária de novembro, à aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém. A ata n.º 24 foi aprovada por unanimidade.

E por fim, coloco a ata n.º 25, referente à reunião de 11 de dezembro de 2023, da Sessão extraordinária de dezembro, à aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem... a ata n.º 25 foi aprovada por unanimidade.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':36'')

«Sim, sim. Senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (23':45'')

«Obrigado a todos. Em nome do Senhor Presidente, cumprimento toda a Assembleia, o público quem está lá em casa e a comunicação social.

Era só para pedir só uma coisa antes de começarmos verdadeiramente à Assembleia e o ponto do PAOD e a intervenção do público. Gostaria também de pedir ao Senhor Presidente que o ponto 2, hoje, se puder ultrapassar o ponto 1, visto que possamos não ter tempo para concluir, pedia-lhe só essa anuência para que todos pudéssemos votar o ponto 2 ainda hoje. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':17'')

«Nós estamos a respeitar, exatamente, aquilo que o gabinete da Presidência nos pediu, portanto, exatamente a ordem. E, portanto, eu proponho que mantenhamos a ordem de trabalhos como está. Alguém tem alguma coisa a dizer? É assim? Muito bem, mantemos a ordem de trabalhos, como está.»

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':37'')

«Relativamente ao expediente, no que respeita à correspondência os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre dezembro e novembro, diversa comunicação da qual destaco:

- Convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelos Agrupamentos de Escolas, pelas Associações e Entidades públicas e privadas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- Vária comunicação da ANAM sobre ações de formação e webinars;
- A Ata n.º 18 do Conselho Municipal de Educação;
- A segunda edição da newsletter CESOP Local, da Universidade Católica;

- No âmbito da elaboração do Regimento, o parecer da CCDR Centro sobre o funcionamento e gestão do órgão Assembleia Municipal, solicitado pela Mesa da Assembleia;
- A comunicação da ANAM a informar a manutenção do valor da quotização anual, que, no caso de Ílhavo, se mantém nos 1425 euros;
- A convocatória para a sessão de 24 de janeiro do Conselho Municipal de Educação que contou com a presença da nossa Segunda Secretária;
- A informação remetida pela ANAM da alteração legislativa do diploma do estatuto dos eleitos locais, que aprova, em sede de plenário da Assembleia da República, a alteração n.º 1, do artigo 10.º e que determina o direito à senha de presença por cada reunião em que os eleitos compareçam, entretanto aprovado com a Lei do Orçamento de Estado para 2024, em vigor desde o dia 1 de janeiro;
- O Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2024 da Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga;
- Para conhecimento, o pedido de informação do munícipe Diogo Duarte de Campos sobre a concessão do uso privativo do domínio público do Município de Ílhavo;
- O processo de informação à Câmara Municipal e ao Ministério da Administração Interna sobre a renúncia de mandato de Hugo Filipe Casqueira Coelho e da respetiva substituição por Sara Marina Tomé Fernandes;
- No seguimento de solicitações de diversas Assembleias Municipais do país, receção de 6 pareceres emitidos pelo departamento Jurídico da ANAM sobre acumulação de cargos públicos em autarquias, competências das assembleias municipais e das câmaras municipais, desconsideração de deliberação sobre derrama, conflito de interesses e impedimento de Presidente de Junta de Freguesia, moções, competências da Assembleia Municipal; senhas de presença dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais;
- O inquérito, entretanto reencaminhado para os autarcas eleitos no âmbito do plano de ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos PERSU, em articulação com o Plano Estratégico Para os Resíduos Urbanos PERSU2030;
- O relatório anual de atividades da CPCJ de Ílhavo, relativo ao ano de 2023, aprovado por unanimidade em reunião da Comissão Alargada, em 12 de janeiro;
- A solicitação, por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, para apresentação de propostas de distinções honoríficas que serão analisadas na próxima reunião da Comissão Permanente, na próxima quinta-feira.

E aqui, caros Deputados, é importante fazer um esclarecimento. A Câmara Municipal de Ílhavo remeteu, no passado dia 25 de janeiro, uma comunicação onde solicitava a participação da Assembleia Municipal de Ílhavo, segundo o Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas e Chave de Honra de Ílhavo, e o seu contributo com propostas para atribuição das distinções honoríficas. No entanto, eu estava, e estive ainda, quase uma semana no estrangeiro, razão pela qual esta Assembleia Municipal de Ílhavo não teve lugar no passado dia 2. E, como tal, e como tem sido prática, penso eu, democrática e saudável, não existiu a oportunidade de reunirmos a Comissão de Líderes pelo que, hoje, solicitei o prolongamento até dia 15, data na qual iremos reunir esta mesma Comissão. A resposta imediata que recebemos do Gabinete da Presidência foi de que lamentam, mas só aceitarão as propostas que lhe fizermos chegar até ao final do dia de hoje e relembram que devem incluir a identificação completa da pessoa ou entidade a homenagear, acompanhada dos dados biográficos relevantes e respetiva fundamentação, de acordo com o ponto 2, do artigo 4.º do Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas e Chave de Honra de Ílhavo, o que não será possível fazer acontecer. A Mesa aproveita esta oportunidade para solicitar que no futuro seja proporcionado um período mais alargado para que situações destas não venham a acontecer de novo. Lembro que o Feriado Municipal tem lugar no próximo dia 1 de abril, exatamente daqui a 52 dias.

Ainda relativamente ao expediente...

- Convocatória / Processo de inscrição no IV Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, que se realizará no dia 18 de Maio, em Barcelos;
- O pedido de suspensão de mandato do eleito Modesto Manuel dos Santos, do Grupo Municipal do PS;
- E por último, a informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal dando nota do valor da quota da Rede de Municípios ADAPT.Local para 2024, que se situa nos 2000 euros para 2024, entretanto aprovada, por unanimidade, em sede de reunião do Executivo Municipal. Muito bem e este foi o expediente recebido.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (30':45'')

«Vamos passar para possíveis intervenções do público. Pergunto ao público se existe, se há alguém que pretenda usar da palavra. Duas inscrições. Muito bem, então se calhar começamos, pode se dirigir cá baixo

Dar nota que este período tem um limite de 5 minutos no máximo, por intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível. Além disso, no âmbito da transmissão em direto, e por força do Regulamento Geral da Proteção de Dados, é importante para a defesa de todos que tenha sido dado consentimento formal através do preenchimento do novo impresso anexo 1 do Regulamento de Transmissões para a respetiva difusão da imagem. Pergunto-lhe o seu nome.»

Do público

Munícipe, Pedro Nunes: (32':18'')

«Pedro Nunes.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':19'')

«Muito bem. Pedro Nunes, por favor.»

Do público

Munícipe, Pedro Nunes: (32':23'')

«Boa noite a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar o resto da Mesa e toda a equipa técnica que faz esta Assembleia. Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimentar toda a equipa da Vereação. Senhores Deputados, Presidentes de Junta e mais público presente.

Eu não me vou apresentar. Há aqui gente que me conhece sobejamente. Alguma vez tinha que cá vir. E venho cá com três anos de atraso, três anos e meio. Isto quer dizer que é uma decisão que foi tomada ainda no anterior mandato, onde estava o PSD no poder.

Eu vou dar aqui alguns números. É preciso estudar um bocadinho. E está ali gente que sabe que eu estudo estas coisas, bastante.

Desde 2021 para cá, a nível local tivemos 650 acidentes rodoviários, 19 com veículos pesados. Fazendo as contas, está aqui o Pedro Cristo, sabe muito de contas... 2,92%. A nível nacional, em 2021, relatório da ANSR, 47.796 acidentes, 1.294 com veículos pesados... 2,71%. É caso para perguntar a todos, principalmente ao PSD e ao UPF, o que é que os camiões vos fizeram? O que é que os pesados vos fizeram? É assim tão mau?

Muito bem. Ílhavo empurrou há três anos e meio um problema para Vagos. E Vagos, há duas semanas, fez-nos, o trabalho que tinham que fazer. Estavam fartos. Havia uma alternativa para sul do Concelho que deixou de haver.

E então? Para ligar as nossas duas zonas industriais, por exemplo, a zona industrial da Mota e a zona industrial da Ervosas, estamos sem alternativas. Não podemos passar dentro do Concelho, meus senhores. Chegamos à rua do Norte, está proibido. Chegamos à rua da Mota, e bem, está proibido. E vice-versa. Temos uma circular externa à cidade, feita há muitos anos, e bem, que a ligação a 25 está proibida a pesados. É curioso. Eu não sei o que é que vos fizemos.

Ok, mais dados. A alternativa que nos dão - eu não vou aqui revelar conversas pessoais, não vale a pena - mas a alternativa que nos dão é ir a Esgueira. Da zona industrial da Mota ir a Esgueira, nó do Estádio e vir ter à Ervosas pela A17. Querem saber? São 25 km, 22 minutos, mais um 1,75 euros de portagem com um veículo de 44 toneladas. Não foi feita na PlayStation, não foi feito no Waze, nem no Google Maps. Fui eu que o fiz. Querem ver alternativa? Zona Industrial da Mota, rua 8, em direção à rua do Norte, em direção à rotunda de Mamodeiro / Costa do Valado: 16 km, 18 minutos, o mesmo veículo nas mesmas condições. No mesmo dia, o mesmo condutor. Mais uma vez digo, está aqui gente que sabe que eu sei fazer estas contas. Além do dinheiro e além das portagens, temos aqui um problema de tempo. E o tempo - estão ali motoristas pesados - 5, 10 minutos a mais para um motorista de pesados podem valer 2.755 euros de multa da ACT. Tenho-las lá no mail. Ainda esta semana, mais uma ou duas. Deixa estar, é para resolver ou não. Para o trânsito intermunicipal - e eu quando digo intermunicipal digo Ílhavo, Vagos, Mira, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia - estes veículos

que fazem vários trajetos por dia não podem ter esta alternativa de ir à volta por Aveiro. Eu não estou a dizer o Cais, o Terminal Norte, calma. Terminal Norte continua a ser pela A25. Continua a sair pela 17, e bem. Fazem uma viagem, mesmo quem vai para sul, faz uma viagem ou duas, por dia. Agora, as empresas daqui, sejam de transportes ou não, sejam empresas exportivas que têm camiões frota própria, a partir de 3.500 quilos, têm que fazer este trabalho por aqui. Selecionar, eu sei disso há muito tempo. A rua do Norte nunca havia de ter sido proibida. A rua da Barca nunca havia de ter sido proibida. Se não nós não temos hipótese. Isto vai correr mal. E não venham dizer “ai, os camiões não podem usar pela zona urbana”. Então vamos andar por onde? Já temos um ferry elétrico, metemos mais um para nós e saímos para o mar. Já andei, é fixe, dá para apanhar umas borracheiras e tal. Muito bem. Eu não venho cá pedir nada. Venho cá só para as pessoas ficarem conscientes. Isto, nós temos que trabalhar todos em conjunto. Ok? Há soluções. Fazer o que Estarreja fez. Deliberar que as empresas do Concelho possam andar. E mais muito mais haveria falar. Estamos dispostos a esclarecimentos quando quiserem. Agora, isto tem que ser resolvido. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (37':38")

«Muito obrigado, Pedro Nunes.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (38':24")

«O seu nome, por favor.»

Do público

Munícipe, António Carlos Silva: (38':26")

«António Carlos Silva.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (38':28")

«António Carlos Silva. Muito bem. Faça favor.»

Do público

Munícipe, António Carlos Silva: (38':33")

«Muito obrigado. Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite à Mesa. Boa noite aos restantes eleitos e ao público. Duas coisas me trazem aqui e que são duas coisas que eu acho que são importantes, se não, não estaria aqui.

O título para as duas questões tem o mesmo: “Aconteceu na minha rua”.

Na minha rua aconteceu, num dia desta semana, quando a autarquia fez um encontro relacionado com a terceira idade, ou melhor, o envelhecimento dos seniores - por isso os seniores envelhecem - aconteceu na minha rua algo terrível. Sim, porque eu neste estado já acho que é terrível, outros talvez não. Eu não pude ir a esse encontro porque naquele momento aconteceu que os bombeiros tiveram que atuar e atuaram na casa de um idoso de 97 anos. Vive sozinho, a 500 m desta casa que foi preciso chamar os bombeiros para lhe acudirem porque ele estava sozinho e, portanto, fazia as coisas como podia. Eu sou a pessoa que o ajuda também, que me importo com ele. Estou sempre pronto. Mas há momentos da vida que a vida não é como nós queremos. E então foi preciso os bombeiros. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, é grave. Não, não é o palco que é mais importante, são as pessoas. É uma crítica é. Aceitam-na? Não sei. Para mim, primeiro as pessoas e depois a retórica. Por favor, a retórica não resolve o problema das pessoas, são as ações no local, são as ações viradas ao dia a dia de cada um. 97 anos que ninguém olha para ele. Blá, blá, blá, retórica. Desculpem esta agressividade, mas teve que ser.

Agora, outra questão. Os custos das obras municipais. Eu não vou aqui falar nem de orçamentos, nem coisas do género. Vou só apenas dizer “aconteceu na minha rua”. Eu tenho aqui. E já agora veio-mo a ideia que posso dar ao senhor Presidente para distribuir a quem quiser. As canalizações foram feitas por empresas contratadas pela empresa que fez o trabalho, faz com que lhe apetece. Eu estou a dizer isto porque tenho aqui a prova. Se não, não seria muito lógico estar a dizê-lo, não é? Um molho de tubagens de qualquer maneira e feito. Eu já em reuniões de Câmara chamei mais de meia dúzia de vezes a atenção à Câmara que a grande falha da Câmara Municipal, e foi sempre o cancro da Câmara, isto tem custos. Nós pagamos a água, cada rotura de água aumenta os custos ao consumidor. O abastecimento é mais caro. Torna-se mais alto, não é? E isso faz os preços subirem e são muitos. Na minha rua acontecem muitas vezes. Está-se a tomar um duche, falhou a água?

Não. Cortaram a água porque em algum lado ela arrebentou. Eu tenho aqui uma fotografia de uma situação que aconteceu, onde se pode ver tubagens elétricas juntas a tubagens de água que arrebentaram, e depois alguém lhe fez ali um remendo de qualquer maneira. Depois temos o tubo de gás em cima do tubo da água, de qualquer maneira, posto ali com betão, areia cheia de pedras para que tudo possa ser mais facilmente deteriorado e que rapidamente haja novos trabalhos. Isto aqui, eu chamaria a isto asneiras para todo o gosto. Mas não é só isso que quer dizer. Isto quer dizer que nós vamos pagar sempre mais e mais e mais. Eu tenho um idoso, na minha rua, de 97 anos que paga água ao mesmo preço que eu pago. Acham que ele tem dinheiro para isso ou não? Acham que ele consegue pagar? Não. Tem uma reforma baixinha, ninguém se importa com ele. Não tem quem lhe acuda? Não. Mas nós temos um serviço que devia ser um serviço virado para essas pessoas.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (43':39")

«Peço que conclua, está bem? Por favor.»

Do público

Munícipe, António Carlos Silva: (43':41")

«Sim. Meus senhores, eu não quero falar aqui deste caso diretamente à Câmara, mas falo vos diretamente a vós todos. Eu deixo aqui ao Senhor Presidente, se quiserem ver o que é que se passa. Está aqui escrito.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (43':58")

«Obrigado. Muito obrigado. Vamos só esperar que o senhor chegue lá acima. Já deve estar a chegar. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (44':31")

«Muito boa noite também para as pessoas que chegaram recentemente ao público também. E não tenho muito a dizer sobre estas duas intervenções. Da segunda não terei mesmo nada a dizer.

As empresas que atuam no nosso município têm essa permissão e terão as suas fiscalizações próprias. Os empreiteiros são obrigados para as entidades a quem trabalham a prestar essas informações e a melhor resposta pelos serviços que fazem. Portanto, é natural que esta coincidência de algumas situações possa se repetir em muitas das obras que vamos verificando. Claro que não é de hoje, é de há muito tempo e, portanto, não terei muito a referir sobre isso.

Relativamente ao senhor Pedro Nunes, só aqui uma resposta. Se calhar, muitas das vezes, quando pensamos naquilo que possa ser bom para os camiões, também temos que pensar que há um outro lado de outras pessoas que também pensam, precisamente, como o Pedro, também, quando não circula dentro de um camião ou poderá ter uma casa numa rua dessas que permite a circulação e que terá esta visão também economicista. E também penso que, se os sinais lá existem, também penso que também os prevaricadores existem todos os dias e não são tão poucos quanto isso. Portanto, nós conhecemo-los perfeitamente e as autoridades também os conhecem perfeitamente. Se calhar ainda não chegámos ao termo de reunir as condições necessárias para fazer isso, concordando eu que o exemplo que já ouvi falar, e que já ouvi falar outras pessoas, relativamente a Estarreja, poderá ser um exemplo pensado para esta zona mais urbana. Mas é evidente que nós já tivemos muitos problemas oriundos, e se quis fugir também a esse assunto, concordo consigo e respeito perfeitamente, que é aquilo que foi o abastecimento ao Porto Comercial e também as descargas do Porto Comercial e a circulação no interior de duas aldeias que referiu, a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Boa Vista. E relativamente a estas situações, eu não vou comentar, acho que o deteriorar das estradas foi notório. Aquilo que causou às populações também foi uma evidência. Aliás, não sei se conhece, mas houve um movimento organizado de pessoas que defendia e os 30 km a 40 km/hora, no máximo, na rua do Sul e na rua do Norte e que criou abaixo-assinados, tanto para mim, como para a Câmara Municipal. Estive aqui à procura, mas não encontrei o nome. E esse movimento foi para instâncias superiores e tudo, e, portanto, registou-se após a proibição, já há 3 ou 4 anos. Não posso precisar, mas se calhar tem mais de 4 anos, talvez. A acalmia e o respeito que tivemos por essas pessoas, até, depois, com algumas zonas sobrelevadas para abrandamento da velocidade. O que é certo é que continua

a haver muita gente que circula com camiões pesados e alguns até desconhecedores, porque eu também vivo nas zonas que referenciou, e camiões com matrícula estrangeira que circulem, portanto, desconhecem completamente as rotas e, portanto, vêm por aquilo que o GPS indica depois de saírem da A17. Portanto, passam aqui no centro de Ílhavo, por vezes, e tudo. E que já tivemos alguns enguiços também com isso

Fica a nota. Eu já tinha transmitido isto também, em reunião numa das festividades dos motoristas da beira litoral, que precisávamos de reunir e, portanto, acho que a força dessa associação, reunida consigo e com outros, podemos chegar aqui a um consenso sobre algumas matérias. Nunca fechamos a porta a isso, mas também nunca a associação veio propriamente formalizar o que quer que seja sobre essas matérias. Portanto, espero que também esteja conhecedor sobre isso e não poderei, aqui, adiantar muito mais.

Há, evidentemente, tem-se sentido isso, e a Câmara sentiu isso na passada quarta-feira de manhã, com um operador - Irmãos Monteiro, permitam-me passar aqui publicidade, mas é uma empresa que está no nosso território, na zona industrial - que tem um único camião acima dos 3.500 kg e muitas vezes para servir um cliente que está em Mamodeiro tem que circular, como disse e bem, pela A25, A25 - Nó do Estádio, quando podia fazer este trajeto direto porque é um transporte direto. Também quem tem falado connosco foi as empresas de betonagem que muitas das vezes se servem, mas eu acho que aí a GNR também percebe completamente o serviço que está a prestar.

Portanto, eu acho que se houver aqui um equilíbrio, acho que conseguimos chegar a um consenso. Não vejo problema nisso, não ultrapassando aquilo que também será uma vontade superior de toda a gente que reside nos locais onde os camiões passam. Como sabe, abrindo a porta pode entrar toda a gente e, portanto, também não é isso que o senhor quer, não é isso que eu quero. Mas podemos criar aqui uma situação de equilíbrio. O executivo municipal está disposto a reunir, logo que entenda, para podermos chegar aqui a um consenso. Gostaria que fosse por uma associação representativa também daqueles que são os motoristas nesta zona e que já tem alguns anos e alguma tradição. Portanto, se conseguirmos fazer por essa via, agradeço-lhe muito. Muito obrigado, Senhor Presidente. Tenho dito.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (50':04")

«Muito bem, muito obrigado. Eu aproveitei enquanto estava a intervir para encaminhar o documento que foi aqui deixado. Portanto, já o digitalizei e já o enviei para todos os líderes dos grupos municipais. O original foi agora entregue à Câmara Municipal.»

Voto de Louvor

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (50':32")

«Vamos, então, entrar no Período Antes da Ordem do Dia. A Mesa coloca à apreciação e votação o Voto de Louvor subscrito pelo Grupo Municipal do PSD, que, no cumprimento do Regimento, foi previamente remetido aos Deputados Municipais e, nesse sentido, peço ao nosso Primeiro Secretário que proceda à sua leitura.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (51':13")

«Voto de Louvor, do Partido Social Democrata.

Dão pelo nome de “Perpétua” e formam um coletivo de jovens músicos. São eles a Beatriz Capote, o Diogo Rocha, o Ruben Teixeira e o Xavier Sousa. Quatro talentosos músicos da nossa Terra, ela de Ílhavo, eles da Gafanha da Nazaré, com idades compreendidas entre 25 e os 28 anos.

O percurso musical inicia-se numa escola de música da Gafanha da Nazaré, “Arte & Som” e com uma amizade duradora que viria a ser a semente de onde germinaria a “Perpétua”, à qual se juntaria a Beatriz, última pétala desta flor.

Seguiram as suas vidas académicas com sucesso, mas é na música que se completam e reinventam. Dizem eles que “acima de tudo procuram pintar novas paisagens musicais, cantando a tristeza alegremente, de forma leve e demorada, como se cuida um jardim”. Foi em 2019 que decidiram abraçar este projeto e começar a trabalhar em músicas originais. Lançam o seu primeiro single “Condição”, em setembro de 2020, estreando-se nesse mesmo

ano ao vivo na abertura de um concerto de André Henriques. Em março de 2021 lançam o seu álbum de estreia “Esperar Pra Ver” e com ele o single “Perdi a Cor” que os deu a conhecer a nível nacional. Neste mesmo ano, numa parceria com a Câmara Municipal de Ílhavo reinventam cinco canções do Carlos Paião com o EP “Muito Mais”. A banda fez parte dos Novos Talentos Fnac em 2021, com a música “Perdi a Cor”. A digressão do primeiro álbum contou com 25 concertos e totalizam mais de 300 mil audições dos seus trabalhos nas plataformas digitais.

Subirão ao palco do Festival da Canção RTP 2024, na meia-final do próximo dia 24 de fevereiro com a canção “Bem Longe Daqui”, uma música que canta a alegria da vida. Será também em maio deste ano que revelarão o seu segundo álbum de originais.

É neste sentido e porque acima de tudo valorizamos o caminho e o percurso desta jovem banda no panorama musical, destacando a sua perseverança e determinação, que se propõe a aprovação do presente voto de louvor, testemunhando o nosso apreço e reconhecimento destes quatro jovens talentos da nossa terra.

Ílhavo, 7 de fevereiro de 2024. O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Ílhavo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (54':05")

«Pergunto se alguém, nomeadamente quem apresenta o Voto de Louvor, se alguém pretende dizer alguma coisa? Vamos colocar à votação este Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem, o voto de louvor ao Grupo Perpétuo foi aprovado por unanimidade.»

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (41':34")

«Vamos passar às intervenções neste Período é de Antes da Ordem do Dia que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no relatório da Atividade Municipal constante do ponto 1 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia. Portanto, neste momento, a rotação inicia-se com o Chega, depois o Partido Socialista, depois o ‘Unir Para Fazer’ e, por fim, o Partido Social Democrata. Pergunto quem se inscreve. Começo pelo Chega. Portanto, temos o Sérgio Louro. Do PS quem se inscreve? Mariana Alvelos. Muito bem, só? Do ‘Uni Para Fazer’, o José Pinto Reis. Do PSD? Carlos António, o Flor Agostinho e a Margarida Alves. Muito bem, então começamos pelo Sérgio Louro. O Sérgio, por favor.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (56':04")

«Boa noite a todos, aos presentes e aos que nos escutam lá em casa. À comunicação social. Hoje contamos com a presença do nosso deputado da Assembleia da República, Jorge Valsassina e com Presidente da distrital do Chega.

Senhor Presidente, na semana passada fui abordado por mãe de uma jovem que participou no programa de ocupação jovem no passado, que me relatou que ainda não tinha recebido a bolsa monetária. Não sei se isto será uma situação isolada. Portanto, o Senhor Presidente não tem obrigação de conhecer todos os problemas. Eu trago aqui a informação para que, se entender, verifique o que se passa. Esta situação, ao ser verdade, não é muito motivador para outros jovens que pretendam participar no programa de ocupação jovem, o qual é de todo positivo porque traz jovens para o Município, e, assim, poderá despertar o interesse por parte dos mesmos de trabalharem no Município.

Vemos, com agrado, que estão a ser feitos trabalhos nos passadiços das nossas praias, este ano de forma atempada. E, portanto, parece que os comentários, as críticas construtivas feitas nos outros anos produziram efeito.

Para terminar estas notas, gostaria de saber se o Executivo está a preparar alguma coisa para a próxima Páscoa, nomeadamente no que diz respeito a termos um dispositivo de nadadores salva-vidas, à semelhança do que já aconteceu nos outros anos. Por norma, nesta altura da Páscoa, quando temos um período ensolarado, ano após ano, cada vez temos mais pessoas nas praias. Portanto, importa preparar atempadamente alguma coisa. Obrigado.»

Mariana Alvelos, Grupo Municipal do PS: (58':42")

«Boa noite a todos. Primeiramente, cumprimentar o Senhor Presidente Mesa e, na sua pessoa, os restantes Membros que a compõem. Cumprimentar igualmente o Senhor Presidente da Câmara e Executivo. Caros Deputados. Caro Público.

O Carnaval Infantil foi cancelado quando podia ter sido reagendado ou realizado num local fechado. É este o tema que me traz aqui, hoje. O Carnaval é sempre numa altura do ano com elevada probabilidade de condições meteorológicas adversas. Cabe à Câmara planear o Carnaval Infantil, tendo em conta essa possibilidade, com dois planos. Um plano A, o curso normal no centro da cidade e um plano B previamente definido, ou fazer num espaço fechado, ou noutra data, antes ou depois da data inicialmente prevista. E, chegados à data limite para optar pelo plano A ou plano B, decide e coloca em marcha os preparativos finais. Isto é que faz uma entidade organizada, planeia. Este episódio demonstra que esta maioria não está definitivamente organizada. Mas ainda assim, sem plano alternativo, há longos dias que sabemos da elevada probabilidade de chuva no dia do curso infantil e há longos dias que a Câmara podia ter decidido e colocado em marcha uma solução alternativa. Veja-se o exemplo de autarquias vizinhas que anteciparam o Carnaval Infantil para que este se pudesse realizar. Mas não foi o caso de Ílhavo, cujo executivo municipal não demonstrou agilidade e a vontade de contornar os obstáculos e proporcionar um dia de alegria às nossas crianças, famílias e restante comunidade escolar. Acrescentando os graves prejuízos para as escolas e famílias que veem, assim, desperdiçado o empenho de semanas ou meses de preparação do desfile. O desânimo na comunidade é geral, como é público e notório, e a responsabilidade não é do S.Pedro, é mesmo da maioria UPF nesta Câmara e nesta Assembleia, que tem votado a energia coletiva das nossas gentes ao desperdício.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (1:00':53")

«Boa noite a todos. Saudar o Senhor Presidente e a restante Mesa. O Executivo. Toda a Assembleia Municipal e restantes entidades presentes ou pessoas presentes.

Venho falar um pouco do elefante na sala, que é o Seminário sobre o Poder Local. Gostava que o Senhor Presidente, de forma direta e objetiva dissesse quando é que pediu contributo do Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer' em relação à data, em relação ao local, em relação aos oradores, em relação a toda a organização que se prende com aquela iniciativa. Acho que merecemos essa resposta, uma vez que foi dito, em várias situações, que era uma organização dessa Mesa da Assembleia e com apoio dos Grupos Municipais. Muito obrigado.»

Carlos António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré / Grupo Municipal do PSD: (01:02':35")

«Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa cumprimento a Mesa e os restantes Membros que a compõem. Excelentíssimo Presidente da Câmara, caro Doutor João Campolargo, na sua pessoa cumprimento também todos os Vereadores. Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal que nos presenteiam com sua presença neste Salão Nobre. Excelentíssimos munícipes que nos veem em casa e que nos seguem também aqui. Comunicação social.

Estando a sociedade portuguesa quase a celebrar 50 anos de liberdade e do 25 de Abril, pese embora não goste muito de evocar esta circunstância porque podem terceiros achar que estamos a considerar o 25 de Abril propriedade nossa, como é apanágio da esquerda em Portugal, prefiro usar a extraordinária condição livre e democrática que a data e o momento nos proporcionaram a todas e a todos. Fazendo poucas intervenções, apesar de ter muito para dizer, prefiro tratar, na esmagadora maioria das vezes, as questões que surgem no nosso dia a dia e nas nossas relações políticas e de trabalho com quem de direito e nos locais próprios para o fazer. Entendo que o espalhamento das redes sociais, a ignorância de quem muitas vezes opina sobre determinadas questões sem as conhecer só criam entropias nas relações, fazendo-nos, a todos, perder tempo e energia que devemos utilizar no bem-fazer àqueles que precisam dos nossos préstimos.

Por isso, decidi, hoje, fazer esta intervenção no respeito pela autonomia do órgão que represento, a Freguesia da Gafanha de Nazaré e a sua Junta, na sua liberdade de ação. Naturalmente que quem se relaciona connosco tem a legitimidade e liberdade das suas ações e decisões, devendo, no entanto, assumi-las quer com quem se relaciona, quer publicamente. E aqui refiro-me, em particular, à Câmara Municipal de Ílhavo. Se assim acontecer, todos vivemos com mais clarificação e sem a necessidade de nos estarmos a justificar por atitudes que não queremos, que não promovemos e que não nos agradam. Entendemos, no Executivo da Freguesia da Gafanha da Nazaré, que só deveremos ter de nos justificar pelos atos em

que decidimos. Não tendo que o fazer pelos atos que outros tomam e querem manter, eventualmente, no segredo dos deuses. Referencio algumas dessas situações ocorridas, só no último ano, das quais provavelmente, o excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara já terá conhecimento.

O Palheta. Festival de Marionetes que se realiza na Gafanha da Nazaré, em reconhecimento de um dos maiores bonecreiros deste país, de seu nome Armando Soares Ferraz. Não fomos convidados, apesar de termos sido os proponentes à CMI para o topónimo que existe na Freguesia da Gafanha da Nazaré com o seu nome, e termos, até 2021, sido convidados para o Festival.

A Maratona da Europa. Apesar de ser uma prova intermunicipal, a sua passagem no Município de Ílhavo ocorre, apenas e só, no território da Gafanha da Nazaré. Não somos pela CMI chamados a nada que tenha a ver com esta realização, mas a organização da mesma precisa de um grande apoio logístico que o solicita à Junta de Freguesia da Gafanha de Nazaré e que temos, e continuaremos, a disponibilizar, apesar da CMI nos querer afastar do processo.

Os 130 anos da existência do Farol que, por ironia do destino, se situa na Gafanha da Nazaré, gerido pela Marinha Portuguesa, em particular pelo Comando Territorial sediado no Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré. Não fomos convidados para nenhuma ação. O que levou o Excelentíssimo Comandante da Capitania do Porto de Aveiro a interpelar-nos do porquê da nossa ausência. Os convites ficaram a cargo da CMI, pelo que sabemos.

A Feira da Saúde que se realizou na Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré. Não fomos convidados e deixámos de o ser a partir de 2021.

O Carnaval Infantil de Ílhavo que incorpora a participação de todas as escolas do Município. Não fomos convidados, apesar da nossa envolvimento com as escolas em vários aspetos e momentos desde que ele se começou a realizar.

O simples 1.º Congresso Internacional de Mobilidade Escolar Sustentável que se realizou na Fábrica das Ideias na Gafanha da Nazaré. Não só não fomos convidados, como fomos vetados a participar no que quer que fosse que estivesse relacionado com este evento.

A Festa de Natal das Escolas para as escolas do Município, que se realizou na Casa da Cultura, em Ílhavo. Fomos convidados, não precisam de se espantar, a menos de 24 horas do evento, quando os pais tiveram conhecimento da situação uma semana antes. Apesar de comparticiparmos em 50% do valor das prendas dadas pela CMI às crianças das escolas da Freguesia, a CMI, talvez porque entenda que nas Freguesias os seus Executivos não têm agenda, promove convites com menos de 24 horas de antecedência para os referidos eventos. Será que quando nos convidam querem mesmo que marquemos presença?

E para não me alongar mais, porque teria muito mais a citar, vou terminar com mais uma recente que ainda nem sequer aconteceu. Vai acontecer este fim de semana. Os torneios de basquetebol que vão decorrer na Gafanha da Nazaré e em Ílhavo, no fim de semana de Carnaval. Fomos convidados. Mas aqui a coisa foi ainda mais rebuscada e grave, do nosso ponto de vista.

Primeiro, começámos por ser vetados para o Torneio dos dias 12 e 13. Depois e sem nunca nos dizerem nada, disseram “deixem-nos lá participar”. Nesta vida, poucas coisas se conseguem esconder, apesar de se pretender, às vezes, que assim seja. Realizam-se dois torneios: o 18.º Torneio Internacional Cidade da Gafanha da Nazaré e o primeiro torneio Inter-seleções do Município de Ílhavo que, em abono da verdade, deveria ser o 12.º torneio Inter-seleções de Carnaval e não o primeiro torneio Inter-seleções do Município, apesar de o formato este ano ser diferente e trazer alguns jogos para o Pavilhão Capitão Adriano Nordeste... e muito bem, entendemos nós. O jeito que a CMI tem de apagar referências criadas na Gafanha da Nazaré. Em 10 edições dos dois torneios, a Junta de Freguesia da Gafanha de Nazaré sempre foi parceira do Basquetebol do Grupo Desportivo da Gafanha. Este ano, mais uma vez o somos para o torneio dos dias 10 e 11 e vetados de ter qualquer participação no torneio Inter-seleções dos dias 12 e 13. Por este facto, pedimos esclarecimentos à Federação Portuguesa de Basquetebol, na pessoa do seu Presidente, Professor Manuel Fernandes, assim como à Associação de Basquetebol de Aveiro, na pessoa do seu Presidente, Bruno Figueira. Lamentavelmente, mais uma vez, e pelas respostas que nos foram dadas e pelos contactos que se seguiram, concluímos que o vetar a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré teve um responsável: a Câmara Municipal de Ílhavo. Mas sabemos mais, sabemos que, por intervenção da ABA, foi então assumido, a posteriori, pela CMI, permitir que uma rapaziada da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré tivesse acesso ao dito torneio que se realiza nesta cidade desde há 12 anos a esta parte e que, este ano, pela primeira vez, também em Ílhavo.

Excelentíssimo Presidente da Câmara, deixo-lhe duas perguntas muito diretas para duas respostas muito diretas, se entender responder-me. Este posicionamento da Câmara é só responsabilidade do seu Adjunto, doutor Bruno Ribau ou cumpre, ele, as diretrizes que o caro Presidente lhe determinou. A segunda questão que quero colocar muito diretamente é: a que se deve este comportamento discriminatório, persecutório, para com o Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha Nazaré para os eventos que, em regra, se realizam nesta cidade? Porque para os de fora da nossa Freguesia, em regra, ainda somos convidados. Estas circunstâncias, que no início deste mandato se poderiam considerar falta de experiência, falta de articulação, falta de algum conhecimento por parte do novo Executivo, agora já podem ser olhadas de uma forma bem diferente. Disse.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (01:12:16")

«Então boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Boa noite à Câmara. Boa noite aos colegas. Boa noite a toda a audiência aqui presente. Boa noite a quem nos está a ouvir lá em casa.

Começar por referir que lamento tudo aquilo que aqui foi relatado recentemente e subscrever, como é evidente, as posições assumidas pelo nosso Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré e membro distinto desta Assembleia. Porque isto é aquilo que o povo, a população de Ílhavo hoje começa a sentir. Esta é a realidade do Concelho de Ílhavo. Infelizmente, passados dois anos e meio de governação deste dito Movimento.

Venho aqui para referir aquilo que foi já chamado aqui do elefante gigante ou do elefante branco, seja lá o que for, para manifestar um elogio e um registo de grande agrado pela iniciativa levada a cabo pela Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo e pelos membros desta Assembleia ao levarem a efeito um seminário sobre Poder Local no Município de Ílhavo, precisamente nas instalações da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré que disponibilizou, e bem, aquelas instalações, porque as instalações da autarquia devem estar ao serviço dos partidos - é isso que diz a lei - no dia 13/1/2024, dia das comemorações do 126.º aniversário da Restauração do Concelho, o qual contou com ilustres oradores. Foram eles: Albino Almeida, Presidente da Assembleia Municipal de Gaia e da Associação Nacional de Assembleias Municipais; Filipe Teles, pró-reitor da Universidade de Aveiro; e Ribau Esteves, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e também Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. O evento teve a presença de antigos e atuais autarcas do Concelho de Ílhavo, muitos, dos vários partidos que tiveram e têm representatividade nos órgãos autárquicos do Município, sendo, no entanto, de lamentar, como todos sabemos, a falta de representantes do Movimento 'Unir Para Fazer', talvez porque a sua qualidade de movimento não se reveja na necessidade de integrar manifestações e eventos em que estejam presentes partidos políticos, os verdadeiros símbolos da democracia representativa portuguesa. Por todos foi reconhecida a necessidade de se repetirem eventos como aquele que, para além de simbolizar as comemorações do 126.º aniversário da Restauração do Concelho de Ílhavo, foi mais um momento de agradável convívio entre todos e o relembrar do contributo de cada um dos presidentes presentes - Presidentes de Câmara, presidentes de Junta de Freguesia, presidentes de Assembleias Municipais, presidentes de Assembleias de Freguesia e Autarcas em geral - para o desenvolvimento atual do nosso Concelho.

No que concerne às intervenções dos três oradores convidados, ficou o registo das palavras de ilustres autarcas, dois, e de um relevante investigador, filho de pais e avós ilhavenses, que puderam esclarecer a plateia de assuntos importantes, como sejam a descentralização de competências, a regionalização, a demografia no país e as suas implicações na organização administrativa do país, a existência dos movimentos de cidadãos vs partidos políticos na gestão das autarquias, o futuro do poder local, os desígnios dos princípios em que se deve alicerçar o poder local do futuro, entre muitos mais temas e ideias que foram abordadas e necessariamente merecerão reflexão futura.

Realçar que o presente evento, ao ser promovido pela AMI, suprapartidário, constituiu um convívio de políticos, despidos de vestes dos seus partidos, que representam ou representaram. Consideramos que, a bem da democracia, a mesa da AMI deverá continuar a pautar a sua conduta pela realização de mais eventos deste género, procurando aproximar a comunidade da democracia e dos eleitos, conforme tem sido seu apanágio ao longo dos dois anos e meio de mandato.

Enaltecer também a decisão tomada na referida sessão de que para o ano possa ser repetido o seminário, certamente com outras temáticas e com outros oradores, e, se possível, comemorando o 127.º aniversário da Restauração do Concelho. Certamente que o evento terá muito mais participantes, conforme foi referido pelos presentes, porque para isso se disponibilizaram.

Referir também que no dia 3 de janeiro de 2024, e nesta ótica de levarmos a democracia à população realizou-se, neste mesmo local, mais uma Assembleia Municipal Jovem. Referir e então elogiar a realização deste evento de jovens, com a participação de mais 34 jovens ativos e dinâmicos, que trouxeram propostas válidas, que trouxeram queixas, que fizeram denúncias de situações existentes no nosso Concelho e, em especial, nas suas instituições, ou seja, nas suas escolas. Fizeram propostas que são exequíveis, que procuram defender o desenvolvimento do nosso Concelho e promover a melhoria das suas escolas e dos seus territórios. Mais uma vez, enaltecer o papel dos agrupamentos nas pessoas das suas diretoras e professores, designadamente no empenho e trabalho que desenvolveram em apoiar os seus alunos e, assim, fortificar as suas aprendizagens ao nível e na defesa da democracia. Assim, podemos concluir que a introdução deste evento é uma aposta ganha e que deve ser continuada, a bem da população jovem, da consolidação da Assembleia Municipal Jovem junto daqueles agrupamentos e, também, da democracia, quer ao nível da sua vivência, quer ao nível da sua defesa futura, contra grupos radicais e extremistas. Saibamos ouvir estes jovens que todos os anos se substituem e, depois, tenhamos a coragem e a capacidade de implementar as medidas mais válidas que eles nos têm proposto realizar ao longo das últimas sessões.

Outro tema que eu gostava de aqui trazer, e que já aqui foi aflorado, era fazer a leitura de um desabafo de uma mãe relativamente à não realização do Carnaval das crianças. Espero que isto não seja o fim deste evento, como já foi o fim das Marchas Sanjoaninas. E dizia a mãe o seguinte: a difícil decisão de cancelamento foi a mais fácil decisão de tomar. O elevado número de crianças e toda a logística associada é uma dificuldade de Ílhavo e transversal a todos os municípios. A diferença é simples. Uns arranjam desculpas, outros arranjam soluções. Lanches e almoços? As crianças não lancham e almoçam todos os dias nas respetivas escolas? Pergunta ela. Ou era suposto almoçarem num restaurante nesse dia? Pergunta ela. Um pedido de desculpas a todas as crianças e a todos os adultos envolvidos que trabalharam para que as crianças não tivessem um dia de Carnaval feliz e não uma série de desculpas sem fundamento, era o mínimo que se exigia. Um pedido de desculpas por terem falhado redondamente era o que o Município devia ter feito. Às crianças, aos pais, às associações, aos agrupamentos das escolas. Humildade é aquilo que não existe neste Executivo. Como já aqui foi dito há uns anos, estamos perante um Executivo do quero, posso e mando.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:21':21'')

«A Margarida Alves abdica? Prescinde? Ok. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:21':29'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Tenho a registar muito pouco relativamente àquilo que foi dito, acho que podia ser dito noutros fóruns, mas escolhem-se estes. Ficamos agradados e contentes. Aliás, pela iluminação que não é de painéis fotovoltaicos na totalidade, mas esperamos que o seja. Lá fora também o clima não está tão agradável assim, portanto, temos que estar aqui, temos que estar aqui. Mas pronto...

Relativamente ao Carnaval, achamos que as pessoas que estiveram envolvidas connosco, desde o primeiro minuto, estiveram esclarecidas a tempo e horas sobre estas situações. Não tivemos de tomar situações paralelas a outros municípios, que teriam outras obrigações para além das nossas, e, portanto, saberemos muito bem lidar com isto no futuro. E também não irei olhar para trás, como o Senhor presidente Carlos António, irei olhar sempre para a frente e, portanto, continuarei a receber com recato aquilo que ele me diz. Até porque a idade mo permite e a dele também lhe permite dizer algumas coisas que tem vindo a aprender ao longo dos tempos, e a mudar alguns comportamentos que nele não esperava, mas se calhar até o estou a obrigar a fazer isso, que não desejava também, mas fico contente em ouvir isso.

O senhor Flor Agostinho já não é surpresa nenhuma fazer este tipo de intervenções. Eu acho que ele está quase a conseguir conquistar um livro para o Guinness Book, agora que também é comentador de rede social. Portanto, vai ganhando os seus títulos, vai elogiando aqui todo e todos. Portanto, faltou-lhe também o elogio a ele próprio, de alguém que possa estar aqui, mas também deve acontecer na via pública muita gente dirigir-se a ele e dizer-lhe disso. E, portanto, fico agradado também com isso. Ainda tem algumas dúvidas sobre quem ganhou as últimas eleições. Também deve estar esclarecido. Também vai ficando esclarecido. Falar do poder local também deve estar esclarecido, também. Eu, que já participei em algumas ações do poder local e ainda tenho também respeito por aquilo que são as iniciativas da

Câmara e, portanto, sobre isso, nem vou tornar público aquilo que me escrevem, nem aquilo que eu escrevo torno público, e que registo para a minha vida aquilo que me vão dizendo. Nasci numa família que muitos aqui conhecem e estar a levar assim uns chás de algumas pessoas, que se calhar não têm esse merecimento sequer no dia a dia, fico também assim, às vezes, com o desejo de dizer mais algumas coisas, mas vou-me conter. Senhor Presidente, vou respeitar esta Assembleia de uma forma muito pessoal e não vou dizer muito mais. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:24:05")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Cabe-me também responder ao Deputado José Pinto Reis, à questão que ele diretamente me colocou e aproveitar também para tecer aqui alguns comentários.

As jornadas do Poder Local. Em primeiro lugar, isto não se trata de nenhum elefante na sala. O elefante na sala acontece quando existe algum tema que ninguém quer falar e que é, enfim, polémico. Não, nós queremos falar sobre as coisas. E, portanto, as jornadas do Poder Local foi um projeto da Assembleia Municipal, uma iniciativa da Mesa junto com a Comissão de Líderes que começou por ser falada em junho, creio, em junho do ano passado e, portanto, durante todo esse período, eu sei que o senhor não acompanhou a Comissão até ao final do ano, mas durante todo esse período falámos sobre a iniciativa, sobre locais, era para ser em dezembro e, de forma, unânime, chegámos à conclusão - e o Pedro Cristo esteve nessa reunião ou o José Pinto Reis, não sei - achámos interessante, e foi uma opção do líder do Partido Socialista, passar para janeiro. Foi tudo falado, foi tudo falado e transparente. Estamos tranquilos, não temos dúvidas nenhuma. Acontece realmente que, e respondendo diretamente à pergunta me colocou, não tivemos oportunidade de falar com os líderes porque a situação, entretanto, precipitou-se, o tempo ficou curto, o período de Festas que nós estávamos a atravessar também não proporcionava essa essa auscultação e, portanto, a Mesa fez o trabalho dela e decidiu o que tinha a decidir e o que decidiu. A Mesa entende que decidiu bem e o resultado disso é o resultado da iniciativa das jornadas do Poder Local. E, portanto, não temos dúvida que foi um momento alto do Poder Local em Ílhavo. Não temos qualquer dúvida. Reunimos Autarcas, ex-Autarcas, ex-Presidentes de Câmara, ex-Presidentes de Junta de Freguesia. Reunimos a escola, a comunidade escolar, reunimos a sociedade.

E eu até lhe agradeço ter puxado este elefante, hoje, porque me está a proporcionar falar sobre esta iniciativa. Portanto, assumimos a importância desta iniciativa. Tivemos, eu não vou repetir tudo o que o Deputado Flor Agostinho disse, mas tivemos o Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, tivemos o pró-Reitor da Universidade de Aveiro, que é um cientista político, tivemos o Vice-Presidente da ANMP. Portanto, isto vale o que vale, mas na realidade é uma realidade e, portanto, contámos com estes oradores.

E além de ser um momento alto, foi a reunião magna do Poder Local de Ílhavo e que, garanto-lhe, volta em 2025. A não ser que eu não esteja aqui. Mas eu creio que teríamos de faltar os três. Portanto, no próximo ano vamos ter outra vez mais as jornadas do Poder Local. Eu conto com a sua presença, tinha lá a sua cadeira, tinha lá o seu lugar reservado.

E como alguém disse, e alguém que eu tenho uma estima muito grande e com quem aprendi isto, só conta quem está. Eu agradeço muito a todos os autarcas e as autarcas que estiveram neste momento alto do Poder Local e queria aproveitar isto, em nome pessoal de lhe oferecer, está aqui com uma dedicatória, uma cópia do livro do Professor Doutor Filipe Telles, que foi um dos oradores das jornadas do Poder Local, intitulado "Descentralização e Poder Local em Portugal". Está aqui. É um gosto pessoal. Os outros restantes grupos, os líderes, também irão ter uma cópia deste mesmo livro. E não me ocorre dizer mais nada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:28:21")

«Passo a abrir a segunda ronda de inscrições. Sim, o Chega ainda tem tempo. Muito bem. Do Partido Socialista? A Mariana e a Diana. Do 'Unir Fazer'? José Pinto Reis e a Daniela Alegria. O Pedro Cristo também. Do Partido Social Democrata? Carlos António, a Margarida e o Flor Agostinho. Muito bem, então vamos começar pela Mariana Alvelos, por favor.»

Mariana Alvelos, Grupo Municipal do PS: (01:29:35")

«Senhor Presidente. Agradeço a sua resposta, mas creio que não tenha respondido concretamente ao que queremos ver esclarecido: o porquê de não ter existido, realmente, uma alternativa. Efetivamente, o que releva, no fim de contas, é que as nossas crianças se

privaram de momentos de folia e alegria, juntamente com os seus colegas e professores. Falamos de horas de trabalho na preparação dos disfarces e gastos associados e no fim cancelamento. Decisão fácil de ser dada, sem sombra de dúvidas, mas muito difícil de aceitar para aqueles que ansiavam a chegada da data.

Permita-me, Senhor Presidente, que só revela falta de vontade sendo conhecedor, espero, das informações do IPMA só tinha de colocar na sua equação a palavra antecipar e nessa premissa tudo corria como havia planeado. Caso se mantivesse a data prevista, já que o Município é dotado de pavilhões capazes de proteger as nossas crianças e comunidade escolar da intempérie, a alteração do local para os festejos seria a solução imediata a adotar. Sabe, e não digo isto de ânimo leve, fica uma geração privada festejar uma data conhecida por criar memórias felizes pela mera incompetência. É, realmente, muito triste.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (01:31':09")

«Eu não era para intervir sobre este assunto. Boa noite. Boa noite aos digníssimos presentes e a quem nos assiste em linha.

Eu não era para intervir, de todo, sobre este assunto, mas já que chamámos o elefante na sala, eu queria aproveitar para parabenizar a realização deste seminário. Eu não pude estar presente, portanto, não sei se conto ou não, não pude estar presente lá. Gostaria muito de ter estado efetivamente, até porque a descrição que fizeram foi muito impressionante, com um painel muito interessante, de facto. Mas o que eu realmente lamento é que isto se tenha transformado num assunto, quase numa arma de arremesso político ou de posicionamento político. Eu acho que todos têm pena que o Senhor Presidente não tenha estado presente e todos gostariam de ter ouvido a sua participação, se tivesse articulado, de facto, com a Mesa. Eu tenho também pena que o nosso colega Luís Leitão não estivesse cá, porque de facto, ele faz parte da Comissão de Líderes, ele participou na preparação dos trabalhos. Certamente, que ele acompanhou o processo. E pelo que eu fiquei a entender, nunca existiu propriamente uma oposição de 'Unir Para Fazer' àquilo que estava a ser planeado ou preparado para este dia. Mas pronto, aproveito para parabenizar. É uma iniciativa interessante e espero continuar e na próxima vou estar presente. Muito obrigada.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (1:32':46")

«Boa noite, Senhor Presidente de Mesa e restantes membros. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Caros Deputados. Hoje somos Deputados, a partir de hoje. Senhores que assistem e todos os que assistem lá em casa. Boa noite a todos.

A única razão da minha intervenção, hoje até nem ia para fazer nenhuma intervenção na Assembleia, consegui-me safar, mas a única razão da intervenção tem um bocadinho a ver com a questão que o Senhor Presidente aqui falou, da Assembleia, relativamente à minha eventual concordância relativamente ao tema do elefante e à intervenção também do Professor Agostinho no discurso direto, há três semanas, quando disse, ao minuto e um, que eu tinha dito ou que tinha dado anuência. Ao minuto e um, fui ver. Tinha dado anuência, digamos, a qualquer situação relativamente a esta conferência. É só para dizer, e está o Pedro Martins, estão todos aí, qualquer situação que tenham falado sobre... eu não dei porque eu não estava mandatado para nada, nem falei sobre situação nenhuma. Fomos discutir uma coisa que era Regimento e foi isso que foram as duas reuniões. Por isso agradecia, relativamente a esta situação, não estou a defender a honra, estamos a conversar entre todos, não me coloquem nessa situação. Agradecia. Era só, está bem?»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (1:34':23")

«Não se pense que o 'Unir Para Fazer' não é favorável a estas iniciativas. Agora, penso que ficou claro que não houve envolvimento do movimento 'Unir Para Fazer' na organização destes eventos. Aquilo que recorro é de em junho termos falado num encontro de ex-autarcas e atuais autarcas. Acordámos todos. E eu propus que não se fizesse neste ano de 2023, que se fizesse no ano de 2024, após termos apresentado um orçamento que já contemplava isso e tudo mais. Por isso, eu estive a favor do encontro entre autarcas e ex-autarcas. A partir daí, nada mais se falou e aquilo que somos confrontados é com uma decisão da Mesa de fazer num determinado dia, a uma determinada hora, num determinado sítio, com determinados oradores. Nada contra. É legítimo. A Mesa tem essa legitimidade. Permitam-me que eu me sinta representado ou não me sinta representado. Permita-me que eu me sinta envolvido ou não. E foi isso que eu lhe disse na minha carta aberta e que o Senhor Presidente depois contestou, e utilizou, inclusive, o direito de resposta no jornal ilhavense, que eu não percebi como, nem porquê, referindo coisas que eu não refiro na minha carta. A minha carta diz que o Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para fazer' não participará no seminário. Eu nunca

falei da participação do Senhor Presidente da Câmara, do restante Executivo ou de qualquer outro autarca do Movimento 'Unir Para Fazer'. Foi uma decisão que o Movimento, que o Grupo Municipal tomou e eu como seu líder. E, por isso, eu também acho que mereço respeito e que me seja considerada essa capacidade de representar o meu grupo, estar presente ou não estar presente. Agradeço profundamente o livro que me entregou. Não do pró-reitor da Universidade de Aveiro, mas do Professor Doutor que o redigiu. Que penso que são coisas diferentes. As qualidades em que as pessoas lá estavam não sei se são aquelas que foram apresentadas, mas não me compete a mim fiscalizar isso mesmo. Não sei se foi feito convite à Universidade de Aveiro e a Universidade de Aveiro terá indicado o seu professor. Não sei se foi dirigido convite à Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Municípios endereçou só com o convite ao Senhor Presidente da Câmara de Aveiro. Não sei nada disso, não sei, não temos esse conhecimento. Vocês apresentam-nos com esses epítetos. É verdade, são ou foram isso. Respeito, volto a dizer. Respeito, mas também nos respeitem. O Senhor Presidente, no dia 14, respondeu a um e-mail a dizer que a Mesa e a conferência de líderes tomarão decisão e encontrarão uma alternativa ao local da realização do seminário. Até hoje não fomos contactados para nada disso. Ok, resolveram e eu agradeço também ao Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré a disponibilização do espaço. Acho que, continuo a achar que esta sala tem muito melhores condições que o Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, mas não é pouco digno, é digno de fazer logo seminário na Gafanha da Nazaré. Não há nenhum problema. Aqui também não estaria mal. Agora, prendemo-nos e discutimos por pormenores, por protagonismo. Que eu não me meti nisso. Que eu me tentei manter afastado, mas o Senhor Presidente tentou que eu fosse envolvido. A sua resposta não é uma resposta ao Presidente do Grupo Municipal 'Unir Para Fazer'. É uma resposta ao senhor Presidente da Câmara. E eu não representei o Senhor Presidente da Câmara. Há que haver respeito. Eu concordo com o Senhor Presidente da Câmara muitas vezes, concordei, concordaria com a não presença dele no Seminário - como não estive - mas eu represento o meu grupo. E é isso e tudo. O Senhor Presidente representa-se a ele. Por isso, quando quiser responder ao senhor Presidente, responda-lhe. Quando quiser responder a mim, responda com a mesma elevação que eu falo consigo. Muito obrigado.»

Danila Alegria, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (1:39:55")

«Muito boa noite a todos. Cumprimento a Mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, Doutor Paulo Pinto, o nosso Executivo, restantes Vereadores, o nosso Presidente João Campolargo. Digníssimos membros. Prezado público aqui presente e que nos ouve lá em casa.

E no seguimento deste assunto ainda. É por demais evidente que este momento que foi a celebração da restauração do Concelho de Ílhavo, tendo por tema o Poder Local, dinamizado pela Mesa da Assembleia Municipal que, com toda a legitimidade o fez, consistiu num interessante registo de intenções, em boa verdade.

Em nenhum momento o Grupo Municipal 'Unir Para Fazer' foi contactado para integrar o planeamento do evento. Isto é uma clara demonstração de que a Mesa da Assembleia não tem qualquer consideração pelos Membros que compõem o Grupo Municipal. O que pessoalmente não me demove do propósito de aqui estar. A indiferença de uns é a diferença para outros. O que mais me espanta nesta missão é que, embora tenha outras atividades onde a minha participação cívica é constante, nunca tive a perceção de tanta ingenuidade junta. Digníssimos membros, subestimar os parceiros é um ato de ingenuidade e pior aceitar que figuras de destaque da nossa sociedade, aliás digníssimas figuras da nossa sociedade, venham dar palpites sobre um assunto que de todo não está inserido na sua área de governação. É por demais evidente que só demonstram nervosismo que é latente nesta ação. Mas isto são pontos de vista de uma cidadã independente.

Ainda mais gravoso no meio desta picardia de recreio de escola foi o Senhor Presidente da ANAM vir tecer críticas aos autarcas independentes, autarcas esses que ele representa. Isto é democracia? Não terão os autarcas liberdade para decidir o que fazer de acordo com a sua consciência? Acaso sabeis o que é ser independente? Eu, como autarca independente, aliás, nunca filiada em qualquer estrutura partidária, não tenho obrigação de alinhar com diretrizes que me são adversas. Entendo que quem segura um partido político, qual naufrago se segura uma tábua, entenda como única forma de salvação os destroços do mesmo.

E a nota ainda para uma tirada muito pertinente acerca deste assunto. A ironia da situação perante a presença de um autarca, aveirense, ex-autarca de Ílhavo e a ausência do autarca de Ílhavo, naquela que é a celebração da Restauração do Concelho. E, em jeito de ironia,

remato esta intervenção também com a esperança que, sinceramente, continuemos a celebrar a independência do Município por muitos anos. Tenho dito.»

Carlos António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré / Grupo Municipal do PSD: (01:42:53”)

«Muito rapidamente e ainda falando sobre este elefante branco. Eu não tinha, não queria fazer nenhum comentário sobre esta matéria. Que fantástica sessão de hipocrisia que o Grupo do ‘Unir Para Fazer’ nos deu. Muito bem. Muito obrigado.

Trinta segundos, só. Senhor Presidente da Câmara, eu coloquei-lhe duas perguntas concretas e dando-lhe a possibilidade de responder, ou não. Eu sei que, nesta primeira fase, optou pelo não, mas gostaria que pudesse, efetivamente, responder-me às duas questões. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:43:44”)

Defesa da Honra

«Caro Presidente, antes de iniciar agradeço que interrompa o relógio que vou invocar a Defesa da Honra da bancada do Partido Social Democrata. Defesa da Honra da bancada do Partido Social Democrata.

Ouvir dizer, numa Assembleia Municipal, uma Deputada Municipal dizer que os partidos que fundaram a democracia é a tábua de salvação de alguns, vai ter que provar isso no sítio certo, se continuar com esse tipo de comportamento, porque se não forem os partidos que fundaram a democracia a sobreviver, tem que provar que é a tábua de salvação para alguns. Eu gostaria que quantificasse, especificasse quem são. Está ali um Deputado da Nação, bem-vindo, a assistir a esta Assembleia, e com certeza que se sentirá muito, muito triste com aquilo que a Senhora Deputada Municipal acabou de dizer. Isto é grave. Isto é uma afronta à democracia e a Defesa da Honra é ao Partido Social Democrata e à própria democracia.

Caro Presidente, acho que é altura de eu lhe sugerir que no dia 25 de novembro de 2024, além de celebrarmos, no ano, os 50 anos da democracia, celebremos o 25 de novembro de 1975. Porque de facto isto começa a ser preocupante. Começa a ser uma afronta ao direito, à liberdade de ideologia. Isto é grave. A nossa Constituição é clara. Eu começo a ficar muito preocupada com este ferir da Constituição Portuguesa e desta forma leviana, no desrespeito total dos partidos que estão fundados, que estão registados e aprovados pelo Tribunal Constitucional. Isto é muito grave. Este tipo de acusação não é admissível.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:45:47”)

«Posto isto, vou pegar na ata número 25, em que o Senhor Presidente de Câmara me acusou de eu não ter participado em nenhuma atividade sobre o 25 de Abril. Invocar o 25 de Abril, 50 anos.

Pergunto. Então o Senhor Presidente da Câmara acusou a minha pessoa que não participei em nenhuma atividade organizada pela Câmara Municipal sobre os 50 anos do 25 de Abril. Que atividades? Quando? Onde? E em que dia? Convidou os Deputados Municipais? Convidou os Senhores Vereadores? Ou é irmos a um café e falarmos sobre democracia partidária? Isso também o faço.

Os trabalhadores desta casa vão tendo alguns desabafos com organizações sindicais, Senhor Presidente. As organizações sindicais defendem o relacionamento laboral. E olhe que se houver, nalguma atividade deste Executivo, uma queixa de um trabalhador, por via do STAL ou do SINTAP, sobre discriminação ideológica, o Senhor Presidente de Câmara está ciente que, hoje, há uma Deputada Municipal do Partido Social Democrata que lhe diz “tenham cuidado”. Porque os trabalhadores serem perseguidos porque são apoiantes ou do Partido Social Democrata ou do Partido Socialista ou do Chega, tem limite, é crime. É crime.

E disse nesse dia, fez a provocação, a picada e tal, mas eu não me fico. A liberdade, igualdade e solidariedade é mote do Partido Social Democrata. O vetar, declarado, na resposta à Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré é um atentado à democracia, porque as perguntas têm direito de resposta. O Senhor Presidente continua a ser deselegante. Cria dúvidas, anda sempre em contenção nas respostas e no toca e foge, permitam-me a expressão. Isto não é bonito.

W quando há um plano A, também tem que haver um plano B. O cancelamento de Carnaval. Já assistimos a um Carnaval ser feito no 25 de Abril, neste Executivo, portanto, tudo é possível.

E com esta quero desejar aos senhores Deputados Municipais, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e respetivos Vereadores um Feliz 2024. Estamos no início, espero que sejam um 2024 de mudança porque o Partido

Social Democrata, de facto, olha para as pessoas. De facto, deixa obra. E as pessoas vão ter no dia 10 de março, podem fazer a sua escolha com certeza. No 'Unir Para Fazer' não podem escolher porque não estão no boletim de voto. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:49:03")

«Muito obrigado, Margarida. Flor Agostinho tem 10 segundos. Não? Não vale a pena? Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:49:18")

«Perante aqui alguma insistência e algum entusiasmo, aqui, dos senhores Deputados. Fico todo contente. Vou-me recordar disto para a vida toda. Bem, é isso que eu tenho, tenho que levar isso na memória, não é. Porque nunca vi a Margarida tão entusiasmada nos últimos anos e já tem alguns anos aqui nesta Assembleia. Talvez agora o UPF tenha vindo a libertar aqui algumas coisas. Olhe, espero realmente que dia 10 tenha sorte também pela posição que está na lista. Oxalá que isso aconteça. E gosto de ouvir as suas referências como dirigente sindical, gosto de ouvir as suas referências e ficam registadas aqui. Tenho alguma experiência de trabalho e eu não conseguia dizer isso perante uma transmissão que está a ser feita, num grupo de amigos também teria algum recato em dizer o que a Senhora diz, mas é de coragem. É de coragem a Senhora falar assim. É de coragem. Não sei se é assim sempre na sua vida, mas é de coragem.

Bem, eu relativamente à Mariana Alvelos, eu aconselhava-a a que, se tiver alguma disponibilidade, e que acredito que as pessoas, hoje, têm as suas vidas e estão muito ocupadas, que leia claramente aquilo que foi o post feito no Facebook do Município e fica tudo clarificado relativamente ao Carnaval. Portanto, não vou utilizar aqui tempo desnecessário para lhe explicar aquilo que foi clarificado a toda a gente. E permita-me dizer-lhe uma coisa, tenho a consciência perfeita, e terei até ao final, enquanto me permitirem estar a governar esta Câmara e responsabilizar dinheiro por todos os meus atos. E não admito que é falta de experiência ou falta de conhecimento. Que acredito que as pessoas que o fazem, que muitas das vezes também têm que assumir, que erram, não é? Não acredito que toda esta equipa que tem vindo a preparar tudo o que são iniciativas da Câmara tenha essa falta de experiência. Eu não acredito. Se o estão a fazer, olhe, eu não acredito. E, portanto, tomámos conscientemente a nossa decisão, sabemos perfeitamente o que é que as pessoas merecem. Falámos com os mesmos intervenientes com quem tínhamos falado antes para a realização e todos saíram concordantes com a nossa posição. Portanto, o que as pessoas pensam... se toda a gente for clara e cristalina, como dizia um autarca que esteve cá alguns anos nesta Câmara, não há nada que enganar. Esta é a verdade. As pessoas sabem. Transmitam-na. Depois, relativamente à Diana Gandarinho. Eu não vou meter-me num evento que desconheço completamente o que se possa ter lá passado e também li muito pouco sobre aquilo que lá se passou, sobre os atos, porque também acho que não teve a comunicação muito presente. E, portanto, ficou um bocadinho aquém, daquilo que eu, muitas das vezes das páginas que eu folhei, portanto, não posso falar sobre isso. Mas que se realizem muitas coisas e que se um dia me convidarem a mim para algum evento que me digam se é em nome de João Campolargo, pela minha função, ou se é como Presidente da Câmara. E ali darei uma resposta dentro do meu Executivo, ou direi 'vai o meu Vice-Presidente ou vai a minha Vereadora ou vai o meu Vereador responder a essa questão'. E custa-me a mim, como Presidente da Câmara, estar a ouvir desculpas de algumas pessoas sobre alguns eventos que vão acontecendo. Mas isso é da vida e, portanto, também vou aprendendo com isso. E tento não cometer esses erros.

E se houver alguma data já para a próxima iniciativa de 2025, pois terei todo o gosto em colocar na minha agenda para ver se não coincide, por exemplo, com o aniversário do Estaleiro, onde gostava que toda a gente lá tivesse. Teve um papel fundamental um Vereador que está comigo também neste Executivo e que, no ano passado, viveu comigo esse aniversário. Este ano não viveu, possivelmente teve outras agendas, mas que foi um momento bem vivido. E, portanto, festejámos aquilo que tínhamos que festejar e que estava nas nossas agendas.

Relativamente ao UPF, pois dir-lhe-ia que aquilo que ouço serão respostas para a Assembleia Municipal e não propriamente para o Senhor Presidente da Câmara, onde esperava que este PAOD tivesse, realmente, a necessidade de intervenções fundamentais sobre o território, sobre aquilo que são as preocupações nucleares de todos nós no dia a dia. E, portanto, não

aconteceu isso. Portanto, andámos aqui a discutir convites, menos convites, passeios, menos passeios, se chegou, se não chegou, se estamos a ser excluídos, estamos a ser incluídos. E diria ao senhor Carlos António que lhe responderei nas muitas reuniões que ainda vamos ter sobre essa questão e também o pode fazer comigo quando estiver noutras reuniões. Fez questão de estar aqui, já é uma boa prática sua já há algum tempo, não era no passado, mas agora tornou-se, e, portanto, sente-se forte nessa matéria. Portanto, siga. Mas agora vou-lhe dizer: não diga mais nenhuma vez às pessoas o que disse. Eu não vou repetir as suas palavras, elas ficaram gravadas na memória de todos estes autarcas. Não diga isso. Corrija-se nesse ponto.

Relativamente à Margarida Alves é o que estamos habituados a ouvir. Nem percebi a defesa da honra, nem percebi as atividades do 25 de Abril, mas depois, no decorrer da atividade, se a nossa Vereadora quiser referir o que é que está a acontecer nestes 50 anos de comemoração do 25 de Abril, portanto, teremos todo o gosto em falar sobre isso.

E fica a nota de que ainda sou eu que assumo a gestão da minha agenda. Não estive fora, nem o Movimento esteve fora durante 4 anos. Ouvi o Pedro Cristo falar sobre o discurso direto, não nos ausentámos ainda, penso eu, nenhuma vez daquilo que são os convites para as coisas quando eles são bem organizados e são programados. Não fazemos prática disso. Poderá ter que acontecer, diria eu, mas penso que não, não há nenhuma situação para isso. E também para quem me conhece só não estou nos sítios em que me convidam se não for mesmo do meu interesse ouvir que há outras coisas que não me agradam nesses momentos para os quais sou convidado, e, portanto, nem digo a ninguém para me substituir. Enquanto for Presidente da Câmara, tomarei essas decisões. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Defesa da Honra

Carlos António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré / Grupo Municipal do PSD: (01:56:36")

«Excelentíssimo Presidente da Câmara. Eu gosto pouco que fiquem suspeições no ar. Da mesma forma que o Senhor assume bem aquilo que diz e aquilo que são as decisões que toma, eu também assumo bem aquilo que digo e as decisões que tomo. E gostaria muito que o Senhor passasse das insinuações ao concreto. Porque tudo aquilo que eu digo às pessoas, digo e assumo. E não estou aqui a dizer nada que provavelmente já não seja do conhecimento de Vossa Excelência, que não seja do conhecimento do seu Adjunto e que não seja uma questão que, provavelmente, estará por resolver por encontro marcado de Vossa Excelência com a minha pessoa e que ainda não aconteceu há quase 2 anos. Eu continuo disponível para tratar destes assuntos e gostaria de perceber porque é que a Gafanha da Nazaré continua, em termos de eventos que se realizam na sua terra, a ser claramente vetada, porque temos esse testemunho e temos confirmações escritas das entidades. Porque é isso que tem acontecido. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:57:50")

«Resta-me a mim, agora, responder ao Deputado José Pinto Reis.

Eu respondi-lhe a si, não respondi a mais ninguém. Eu respondi a si. E não tenho mais nada para lhe dizer.

E quero-lhe dar um conselho. Quero dar um conselho. Isto está-me a fazer lembrar alguma coisa, há muitos anos.

A iniciativa foi levada a cabo, foi um sucesso e a sociedade reconheceu a importância da iniciativa. Agora, o tempo que o senhor utilizou neste PAOD para criticar esta iniciativa. Não me acredito que as pessoas que nos estão a ver e que nos vão ver a partir de amanhã, acho que não vão dar importância nenhuma a isto. A importância é a iniciativa.

E se quer um com um conselho de vizinho para vizinho, nós até somos vizinhos, não tome esse caminho. Porque o caminho que está a tomar já o tomou no passado e resultou no que resultou. Não tome esse caminho. Um conselho só, está bem? Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:58:54")

«Muito bem. Vamos fazer um intervalo de 10 minutos, está bem? Por favor. Obrigado.»

Os trabalhos foram interrompidos, por indicação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por dez minutos, às 22:58. (01:58:54")

Os trabalhos foram retomados às 23:14.

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01NOV2023 a 31DEZ2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:14':47")

«Minhas Senhoras e meus Senhores, por favor. Já esticámos este intervalo. Muito bem. Concluimos então o Período Antes da Ordem do Dia. Vamos então avançar para o Período da Ordem do Dia, a ordem de trabalhos desta sessão ordinária de fevereiro. Começamos pelo ponto 1, “Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 1 de novembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023”. Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:15':31")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Serei muito breve. O documento penso que explana bem, em alguns dos momentos do texto que é apresentado e dos relatórios que são feitos pelas nossas equipas, aquilo que é a atividade do ano, pelo menos em termos de contas, espelha bem isso. Portanto, estarei disponível para ouvir algo que se possa melhorar no documento ou alguma coisa que esteja menos bem explicada e, portanto, encontro-me disponível. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:16':03")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou então abrir as inscrições com a seguinte ordem, Partido Socialista, Unir Para Fazer, Partido Social Democrata e Chega. Do Partido Socialista quem se inscreve? Temos a Diana. Do ‘Unia Para Fazer’ temos o Rui Rufino. Do Partido Social Democrata? Margarida e Flor Agostinho. E do Chega? Ok, muito bem. Então vamos começar com a intervenção da Diana, por favor.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (02:16':55")

«Então, como de costume vou fazer algumas anotações, alguns pontos que fui encontrando. Algumas mais construtivas, algumas em formato de questão a ver se temos as respostas. Começo pelo Programa de Ocupação Jovem que vem na atividade municipal, onde nos dizem que participaram 131 jovens, em 298 candidatos. Eu vejo o ponto positivo que é a quantidade de jovens que estão interessados em participar e que estão a concorrer a este programa, mas também vejo um ponto mais negativo que talvez este, então, seja um programa que está a ter uma resposta insuficiente para a necessidade que está a ser manifestada. Se nós temos tantos jovens interessados e se nós estamos comprometidos com eles, parece-me essencial analisarmos as dificuldades que o programa possa ter em integrar mais participantes, explorar opções de resposta. Eu entendo que, neste momento, vocês não têm as políticas da juventude na grande prioridade, mas a revisão do programa parece-me ser um exercício bastante acessível. E, portanto, bem, deixo a questão, se nós agora para 2024 - eu vi que já começou a ser lançado o programa novamente - se para 2024 nós já vamos ver alterações para melhorar esta tal resposta.

O segundo ponto, em relação aos biorresíduos. Nós tivemos oportunidade de falar da implementação do Canal Horeca e foi com muito gosto que eu li na atividade e percebi, também, que estão a trabalhar no esboço de um plano de ação municipal para a matéria de gestão de resíduos. Era muito importante. Acho que finalmente estamos a dar este passo. Acredito que agora, especialmente agora que vocês dizem que já conhecem o volume que os grandes produtores estão a produzir, isto vai-nos permitir ter melhores objetivos, melhores ações para que, realmente, consigamos atingir as metas que pretendemos. A verdade é que nós estivemos muito parados no tempo, durante muito tempo, no que toca a estas matérias, com as governações anteriores. É verdade. Vocês já o disseram e eu concordo plenamente. Mas nós também não podemos abrandar agora. Nós precisamos continuar e a par do programa do Canal Horeca, a par da compostagem doméstica que vocês estão a promover, e comunitária, nós precisamos de pensar em ir mais longe. E eu entendo que nós temos os contratos de gestão de resíduos para respeitar, tal como disseram no último dia, entendo que

isso nos permite implementar, já, uma mudança estratégica na recolha seletiva, tal como até penso que foi a Senhora Vereadora Mariana que explicou. Mas nós não podemos abrandar, esta é que é a verdadeira questão. E significa que nós temos que estar já a pensar, nós temos que estar já a planear este sistema de recolha, porque... e atenção, para que não confundam a minha ideia sobre mexer no bolso dos contribuintes, uma estratégia de recolha seletiva seria uma que beneficiasse e incentivasse quem faz a separação dos resíduos. Portanto, esta como é uma mudança significativa e como é, enfim, uma mudança que vai precisar de muito planeamento, acredito eu, não sendo especialista na área, sei que é essencial que este trabalho não se adie, porque, senão, corremos o risco de voltar a assinar protocolos e contratos de gestão de resíduos sem que tenhamos preparado o trabalho de uma nova implementação para a recolha seletiva. Eu pergunto-me se este plano de ação municipal, que vocês estão a trabalhar, se ele já vai ter em consideração este tipo de trabalho na recolha seletiva mais individual, até porque nós temos aquela questão da taxa da água para separar, a taxa de gestão de resíduos para separar da fatura da água. Isto também é urgente, também é premente, está previsto pela lei e daí a minha questão se isto já vai integrar o vosso plano municipal.

Em relação aos espaços verdes, além do impacto que os espaços verdes têm no ser humano, no bem-estar, na saúde mental, este é um tema também muito relevante no que toca à parte das questões ambientais. E eu reparo, bem... muito frequentemente vocês têm uma preocupação grande com a gestão de recursos hídricos e eu considero que isso é importante. Nós pudemos ler neste relatório exatamente isso, que vocês estão preocupados com esse tema. Nós também já discutimos isto em outras sessões e é uma preocupação atual. É pertinente e concordo que trabalhem nesse sentido. Mas preocupa-me a questão dos polinizadores, a proteção das espécies polinizadoras. É também uma preocupação legítima. Parece-me que os nossos jovens estão preocupados com isto. Eu não sei se foi no Parlamento Jovem ou na Assembleia Municipal Jovem, mas este tópico também veio. Também ouvi, em várias ocasiões, o Executivo falar deste tema da proteção das espécies polinizadoras, desde que iniciaram o vosso mandato, incluindo até, penso, que alguns discursos do Senhor Presidente em sessões solenes e em atos mais solenes. Só que depois, pelo que eu vou analisando no relatório de atividades e outras intervenções, parece-me que não estão a ser desenvolvidas ações estruturadas para este efeito. Eu não quero estar a insistir em tecnicismos como tem sido apontado. Portanto, eu vou focar-me mais na componente política. Se esta maioria se compromete com a proteção das espécies polinizadoras, é bom que nós vejamos algumas ações serem desenvolvidas nesta matéria. Não podemos dizer só palavras bonitas nos discursos, nem deixar a erva crescer e colocar umas placas que é para proteger as abelhas. Não podemos estar a usar só os chavões de aumentar a biodiversidade com amores-perfeitos e com bolbos de tulipas. Se efetivamente vocês querem fazer, e têm interesse em fazer esse trabalho de proteção de espécies polinizadoras, e o anunciam e o badalam, é altura de nós apresentarmos, penso eu, de nós vermos algo mais estruturado nesta matéria.

Em relação ao Orçamento Participativo. Também é outro tema relevante, porque eu vi na atividade municipal que vocês estão a fazer, tal como se comprometeram, aquele trabalho de afinações de processo e de melhorias na calendarização. E ainda bem. Era, claramente, fundamental, e é, aliás, depois da primeira edição, e espero que continue a ser fundamental fazer estas melhorias edição após edição, porque é para isso que cá estamos todos, para servir e fazer cada vez melhor. Apesar de vocês terem afirmado que não iriam mexer nos valores, foi possível perceber, através da comunicação social, que nós passámos de 85 para 100.000 euros. Inclusivamente, que tem novas regras. Eu assumo que isto já vai traduzir-se numa implementação de mais do que um projeto que me parece um alcance um bocadinho maior, uma ligeira melhoria no alcance desta ação. Mas temos que ser honestos. Lamento que isto soe a crítica, mas é real. O valor de 15.000 euros, para mim, até pode ser uma expressão muito forte, é anedótico. É uma expressão, mas é realista porque, especialmente quando nós estamos a viver um período de tanta abundância, como estamos - e nós vamos discutir isso no ponto a seguir, nós vamos, no ponto 2, ver como estamos a passar um período abundante em que podemos, realmente, investir - dobrar o valor alocado tinha sido um investimento com um forte impacto. Eu entendo, é uma opção política, mas tinha sido um investimento com forte impacto e, sem dúvida, seria uma excelente medida para escalar o impacto desta ação. Para já é tudo. Muito obrigada. Tenho dito.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (2:24:47”)

«Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Deputados aqui presentes. Estimado público, aqui

e em suas casas. Venho aqui mencionar alguns pontos do relatório da atividade municipal que eu penso que devem ser destacados e quero, antes de começar, salientar que nós falamos pela positiva. Afirmamos aquilo que consideramos importante, não está no nosso ADN atacar, nem ofender ninguém. Mas numa coisa não tenho dúvidas, e falo, sobretudo, para os municípios: não nos deixaremos amedrontar. Não nos deixámos até agora, não vamos deixar nunca. Não nos deixaremos amedrontar. Os municípios podem estar tranquilos em relação a isso. Adiante, pela positiva.

A atividade municipal realizada nos meses de novembro e dezembro, considerando o relatório aqui em análise, mostra um Executivo do Movimento 'Unir Para Fazer' focado e determinado, com uma clara noção das prioridades e daquilo que é fundamental para os municípios. Menciono, então, algumas dessas atividades primordiais à promoção do crescimento da qualidade de vida dos municípios. Destaco, antes de mais, tal como se tem referido em anteriores assembleias municipais, a importância de estabelecer uma boa e eficiente comunicação com o município. Nestes dois meses registaram-se 194 alertas, pedidos de intervenção e reclamações, tendo 122 deles sido já resolvidos e encerrados e dadas a devida resposta a cada município. Os outros casos foram encaminhados para as respetivas unidades orgânicas, de forma a que se possam desenvolver os procedimentos necessários para a sua resolução. Importa salientar aqui, neste ponto, tal como já mencionado também no relatório anterior, a centralização da resposta aos municípios através do recém-criado Gabinete de Inovação Organizacional e Controlo Interno que se tem revelado bastante eficaz e facilitador da implementação de medidas corretivas e preventivas, otimizando ainda a gestão dos recursos municipais. E, claro, para que se possa prestar um bom serviço aos municípios, também é crucial considerar os recursos materiais dos funcionários. Daí que mereça também referência a substituição de 30 computadores de diferentes serviços, melhorando as condições de trabalho e a produtividade.

Prosseguindo nesta linha que valoriza a intensa interação com os municípios, importa destacar também a preparação do segundo orçamento participativo, o qual pretende promover uma cidadania cada vez mais ativa e interveniente. Esperamos que este ano possa haver uma maior participação. Sabemos que é para isso que se está a trabalhar com maior orçamento e com uma melhor calendarização.

Não esquecendo as pessoas mais velhas, o Município de Ílhavo é cada vez mais elogiado pelas boas práticas no âmbito da política para o envelhecimento, tendo sido agora reconhecido pela CCDD C como território de longevidade, o que significa que é considerado como território que oferece as melhores condições para um envelhecimento seguro, saudável e ativo. Penso que isto é um motivo que nos deve, a todos, deixar cheios de orgulho.

No que respeita à cultura, dimensão essencial para que as pessoas ocupem o seu tempo livre em convívio na sua terra, destaque para dois festivais que se realizaram neste período de tempo, o LEME e o Gastronomia de Bordo. O LEME, Festival Internacional do Circo, confirma a continuação da aposta do nosso Município no circo contemporâneo, o qual teve uma programação alargada, com uma significativa adesão do público. Este festival está a fazer um caminho em crescendo, começando a afirmar Ílhavo como destino nacional do novo circo. Pela mesma altura, decorreu também um Festival de Gastronomia de Bordo, em 17 restaurantes do nosso Concelho, os quais apresentaram menus inspirados na vida a bordo da pesca do bacalhau. Nesta edição, foram servidos 620 menus individuais, aumentando significativamente a receita dos restaurantes. Não terá sido alheio a este sucesso o facto de se ter feito coincidir no tempo a realização dos dois eventos, o LEME e o Gastronomia de Bordo, procurando atrair simultaneamente os municípios e os turistas que nos visitam.

Ainda uma referência, no âmbito da cultura, para as iniciativas promovidas pelo Museu Marítimo de Ílhavo, salientando a 11.ª edição do Seminário Desafios do Mar Português, tendo contado com ilustres oradores, constituindo-se também como uma oportunidade para evidenciar a relevância do trabalho desenvolvido por este Museu.

Na área do ambiente, realce para o início do processo de recolha de resíduos no Canal Horeca, promovendo-se ações de contato e de formação aos profissionais da restauração, das cantinas escolares e IPSS.

E claro que não se pode deixar de mencionar a tão importante preocupação em assegurar a requalificação e manutenção dos nossos equipamentos, pois esta será sempre uma das nossas maiores prioridades. Além do destaque, não podemos deixar de dar ao desenvolvimento dos projetos de reabilitação das escolas e dos centros de saúde. Não podemos esquecer que estes projetos exigem um contínuo e intenso trabalho até à sua concretização final. Importa também mencionar o início da intervenção na Piscina Municipal de Ílhavo, substituindo-se as caixilharias e iluminação, estando, também, já adjudicada a

reabilitação da sua cobertura. Tudo isto vai permitir que este edifício seja mais eficiente em termos energéticos e que os seus utilizadores tenham mais conforto.

E porque, muitas vezes, o mais simples e básico é também o mais importante, desde que relacionado com a nossa saúde e sobrevivência, quero também aqui deixar uma palavra para entrega de desfibriladores automáticos ao Grupo Desportivo Beira-Ria, ao Sporting Clube da Vista Alegre e às piscinas municipais.

Em suma, ouvir o município, apelar à sua participação cívica no desenvolvimento do seu concelho, criar melhores condições de trabalho, privilegiar políticas que promovam um envelhecimento com dignidade e qualidade, criar eventos culturais e gastronómicos para fomentar o convívio e uma boa ocupação de tempo livre, implementar novas práticas favoráveis ao ambiente, garantir a manutenção, a melhoria e requalificação dos equipamentos, tudo isto é trabalhar sobre aquilo que é essencial na vida das pessoas. E estes são, apenas, alguns exemplos entre as múltiplas e diversas atividades que constam deste relatório. Tudo isto é tanto mais relevante quanto foi conseguido ao mesmo tempo que se assegurava o equilíbrio orçamental do município e se reduzia a dívida a entidades bancárias e a fornecedores. O Movimento 'Unir Para Fazer' comprometeu-se, desde sempre, com este foco, no essencial, não fazendo obras por fazer ou para aparecer, obras decorativas para dar nas vistas são preteridas por aquilo que é essencial para a vida das pessoas. Não nos perdemos às voltas nas rotundas desta vida. Estamos focados em pensar na melhoria real da qualidade de vida dos munícipes do Concelho de Ílhavo, e vamos continuar. Tem sido assim e assim irá continuar até ao final do nosso mandato. As prioridades são nossas e serão sempre aquelas que põem as pessoas em primeiro lugar.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (2:32':27")

«Caros Presidentes. Caros Deputados Municipais. Público, quem assiste lá fora.

Nós também não nos deixamos intimidar, Rui Rufino. Por isso é que vamos a votos. É, e acho que aí não há dúvidas. Mas há uma coisa que eu sei: agradeçam ao Partido Social Democrata as obras que têm concretizado porque os projetos foram nossos. O que é, demoraram. Estava aprovado, a verba estava associada, demoraram mais de 2 anos para implementar e entregar os equipamentos e formação. Se calhar, a diferença é essa. É que nós, se tivéssemos ganho, o povo é soberano, até ao final de 2021 estava tudo implementado e tudo tratado. Foi em final de 2023. Pronto... está correto, está correto. Mas nada contra e cá estou para dar os parabéns ao Executivo por concretizar e pôr no terreno mais uma obra que o Partido Social Democrata vos deixou para concretizar.

O que me traz aqui da atividade é que o Executivo camarário apresenta três projetos de intervenção em três escolas. EB Professor Fernando Martins - e não a Secundária da Gafanha da Nazaré, Pedro Cristo permita a minha provocação, como apareceu no artigo. A Escola Secundária da Gafanha Nazaré não é a EB professor Fernando Martins, e sei que permite que lhe faça esta provocação. Acabo por ler a comunicação social e isto é uma... pronto, é um, como é que eu ia dizer o que dizer, um *fait divers* entre nós, não é? - a EB José Ferreira Pinto Basto e a Secundária João Carlos Celestino Gomes, que resulta naturalmente da descentralização de competências para os municípios e foi um processo que foi iniciado de descentralização pelo Partido Social Democrata no mandato anterior, e que, há muito, reclamávamos à tutela das obras e necessidade de intervenção. Existe uma diferença, que provavelmente o Senhor Presidente da Câmara poderá falar, que é nas verbas. São um bocadinho diferentes. Com certeza. A Diana diz que também o Estado português está mais rico, são visões. Portanto, a alocação de verbas também são um bocadinho superiores às que estavam previstas há uns anos atrás. E a questão que se coloca é, o Senhor Presidente da Câmara não sei se vai responder, mas gostaríamos de ver, é para quando prevê a conclusão das três empreitadas. A saber: vai cumprir 31 de dezembro de 2024 para a EB Professor Fernando Martins e 31 de julho de 2025 para a Secundária Celestino Gomes?

Não, se considerarmos que, em termos de prazos para execução das obras, as nossas comunidades educativas, os prazos previstos não são exequíveis, naturalmente. Quando perguntámos que gostaríamos que se pronunciasse sobre este compromisso de conclusão das obras, referiu que os prazos estavam definidos, ou seja, que teríamos um ano, por cada ano uma inauguração. Ora bem, na página 58 da atividade municipal é referido: "não obstante as candidaturas realizadas em novembro para assegurar o apoio financeiro à sua execução, por decisão do Governo, foi anulado o aviso e publicado um novo, mas no âmbito do PRR e com a inclusão de mais rubricas a financiar, nomeadamente para mobiliário e equipamentos". Ou seja, vem mais dinheiro para rubricas que não estavam de facto contempladas, o que é positivo. Mas importa questionar é os prazos. Porque estas empreitadas têm que estar concluídas, porque temos que olhar para as pessoas, porque, de facto, temos que concretizar

as obras que comprometemos com as pessoas, que, nós, não é só retórica. Não é só retórica porque a ação social, o Partido Social Democrata, venham criticar de qualquer atividade que nós tenhamos feito, venham criticar qualquer obra que tenhamos feito nas escolas, no acompanhamento dos alunos, no acompanhamento dos professores... apontem, factualizem. Nós cá estamos para responder. E não, nós não somos perseguidos, nem temos a mania da perseguição. Estamos cá é para ganhar as próximas eleições autárquicas, não tenham dúvidas.

Relativamente à página 33, a aquisição de terrenos já vai com um valor de 8 milhões. Isto, naturalmente, aquisição de terreno e construção de fogos na Gafanha da Nazaré no valor de 3 milhões. Naturalmente, cá estaremos para vir cobrar ao Senhor Presidente, porque a população da Gafanha da Nazaré, pelos vistos, não está muito satisfeita com este Executivo. Ouvindo o Presidente da Junta de Freguesia. e aquilo que se vive na Gafanha da Nazaré, de facto, nós não estamos, e eu, como cidadã da Gafanha da Nazaré, não estamos satisfeitos com o abandono deste Executivo à Freguesia que é a segunda maior freguesia do Concelho. Mas lá se ganham, lá se perdem eleições. Não é em Ílhavo.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação, pretendem construir dois edifícios novos de habitação coletiva, reabilitaram o prédio de modo a aumentar as respostas às necessidades habitacionais dos munícipes. Mas na página 58, diz uma coisa curiosa: “no âmbito da execução da Estratégia Local de Habitação foram, entretanto, finalizados os procedimentos para elaboração dos projetos necessários para submissão das candidaturas relativas à aquisição e construção de dois novos edifícios de habitação coletiva, mas também para a reabilitação de um prédio, que se encontram, neste momento, em análise. Neste período, foi ainda aprovado no IHRU o financiamento de aquisição de moradia unifamiliar, pronta a habitar, que virá a dar resposta imediata a um agregado familiar”. Quer dizer, dizemos uma coisa na página 5 e na 58 completamente diferente. Estamos a falar de estratégia de habitação.

Na página 34, porque eu também leio o relatório, não preciso que venha o Rufino, e o relatório está na página da Câmara, o Atendimento ao Município, na página 34, é realizado presencialmente com horário contínuo desde 4 de setembro de 2023, das 9:00 às 15:30. E depois, o horário de atendimento no Espaço Cidadão - eu gostaria que me explicasse o que é o Atendimento ao Município do Espaço Cidadão... quer dizer, eu percebo, eu percebo Espaço Cidadão, tem a ver com se tirarmos o cartão de cidadão, passaporte, renovação, alteração de morada; eu percebo Atendimento ao Município, podem ser licenças, requerimentos, naturalmente - mas realiza-se das 9:00 às 15:00, com interrupção para almoço. Eu questiono se o Atendimento ao Município não tem direito a hora de almoço? Ou se existem recursos humanos que estejam de acordo com a previsão de manter este horário contínuo, visto que no Espaço Cidadão existe interrupção para hora de almoço.

Na página 58, e para que não se vitimizem no futuro, o PSD sempre apertou que será difícil cumprir os prazos para fechar as obras das escolas. Nós sempre consideramos que era difícil. Assim, importa referenciar, ainda que de forma breve, o desenvolvimento de projetos que, mesmo antes da sua execução física, são já estruturais para o município. Nestes incluem-se o desenvolvimento dos projetos de reabilitação das escolas acima referenciadas, que permitirão vir a dar resposta a falhas graves em cada um desses edifícios. Não obstante as candidaturas realizadas, em novembro, para assegurar o apoio financeiro e a sua execução, por decisão do Governo foi anulado o aviso e publicado um novo, mas no âmbito do PRR, inclusão de mais rubricas a financiar, voltamos, nomeadamente, permite irmos buscar para mobiliário e equipamentos. Quer dizer, o Governo anulou. Vamos atrasar porque o Governo deu-nos aqui um argumento, mas vamos adjudicar uma verba diferente e espero não ouvir os professores e os assistentes, os auxiliares de ação educativa, dizerem que faltam equipamentos ou mobiliários nos próximos inícios dos anos curriculares, nas nossas escolas do município.

Quando nós falamos da questão ambiental, eu gostaria de referir que na área da mobilidade existe naturalmente, desde a finalização do procedimento até a instalação dos pontos de carregamento para veículos elétricos, um hiato muito grande e a sua efetiva concretização. Ainda não foi possível o município ver iniciados os trabalhos de instalação dos equipamentos já tão aqui falados. Pelos vistos, as entidades competentes não estarão, não é?, não estarão a responder, Senhor Presidente. Mas é assim, as bombas de gasolina... nós temos nas bombas de gasolina, no nosso Concelho, na Gafanha da Nazaré, onde já existem estes postos. Se calhar, o privado, de facto, faz o trabalho que o público deveria fazer, com mais facilidade.

Dar também os parabéns, porque eu respondi ao inquérito, o inquérito que falaram nos resíduos, eu respondi a esse inquérito. E quero agradecer o facto de o terem facultado. Espero

que a afluência, não vi aqui um relatório de quantos cidadãos responderam a esse inquérito, era importante nós percebemos porque também fala combustão, fala qual é o tipo de lixo que queremos tratar, como é que devemos tratar. Eu dei as minhas respostas e fiquei muito grata de receber este inquérito que acho que, e aqui lanço o desafio de o lançarem daqui a três meses ou daqui a seis meses novamente para que tenham respostas mais fidedignas, e também apelar à sensibilidade e à responsabilidade dos cidadãos à participação também não pode ser só o município responder e a dar a resposta. Nós também temos que assumir a responsabilidade, como cidadãos, de participar por um ambiente melhor. Quero parabenizar, naturalmente, por esta iniciativa. Com certeza que, pronto, ainda vão dizer que eu tenho uma simpatia natural pela vereadora Mariana, mas antes de ser Vereadora nós já nos conhecíamos e não ponho em causa a sua competência, mas é uma boa ideia, sim Senhora. Vamos para a frente e sugiro que renovem outra vez e que façam outra vez.

Entretanto, há uma dúvida que nós temos que é, de facto, sobre o estudo estratégico na zona central da Gafanha da Nazaré. De facto, ouviram a população. Como é que ouviram a população? Como é que isso chegou à população? E estamos a falar da zona central da Gafanha Nazaré. Ouviram os comerciantes? ouviram os serviços? É que não chegou qualquer informação sobre esta questão do *masterplan* da Gafanha Nazaré para entrar em procedimento concursal. É que as pessoas de facto não sabem o que é isto. Veem no relatório, questionam, então, mas isto aconteceu? Vai haver alterações na zona? O centro vai mudar de sítio? Como é que isto vai acontecer?

Senhor Presidente, acho que era importante a esclarecer aqui. Se possível, agradecia que tivesse a amabilidade de responder a estas questões porque a Gafanha da Nazaré, quando se fala no centro urbano, temos que especificar. E, de facto, dizer “sim, nós somos a opinião pública, os resultados foram estes, os comerciantes foram ouvidos”. Foi um assunto que acabei por trazer aqui, mas acho que era importante nós voltamos a frisar isto. Porque isto vai ter um impacto enorme na vida, não só dos habitantes, mas no próprio comércio que não pode ser ignorado, porque os comerciantes dizem que não foram ouvidos. Os comerciantes não opinaram, nem sequer foram auscultados para ser ouvidos. Pode dizer que estava na página do Facebook. Os comerciantes não têm tempo para estar no facebook a não ser para vender os seus bens, não é? As páginas institucionais que eles possam consultar, provavelmente, serão nem 1% do raio de análise que eles fazem nas redes sociais. Portanto, seria importante especificar como, quando e se, de facto, auscultou todos os *players* envolvidos, porque quando falamos do centro da Gafanha Nazaré, da zona central, temos que ter muita cautela porque não é um assunto fácil. Já foi um assunto que o Partido Social Democrata, uma vez, quis trazer a debate, voltamos atrás porque percebemos as implicações que isto iria ter e voltámos atrás. E bem, porque ouvimos a população. Nós fomos, fizemos consulta pública e era importante.

Para já, fico por aqui. Senhor Presidente, pode ser que desta vez me responda. Fiz-lhe aqui dois ou três elogios, pode ser que assim me responda e creio que já fui um bocadinho mais simpática consigo. Pronto, estou a brincar, naturalmente, porque apesar daquilo que possa ser dito aqui, há sempre o respeito. E, Senhor Presidente, esse respeito, eu não lhe falto ao respeito e acho que não me deve faltar também ao respeito. No dia em que me faltar ao respeito a gente conversa. Mas também não é uma quezília que nós tenhamos aqui que vai danar ou vai dizer que eu tenho que ser oposição para si sem fundamento e sem trazer ideias. Felizmente, Senhor Presidente, eu acho que tanto o Partido Social Democrático, como o Chega, como o Partido Socialista têm trazido pensamento crítico importante, para assimilar. Dizemos o que está bem. A proteção civil foi reorganizada por este Executivo, está implementada, tem um técnico a liderar e a coordenar fantástico, já o disse neste Órgão e volto a dizer as vezes que forem necessárias. Se houver planeamento, se as pessoas, de facto, fizerem as coisas, sim, não é demagogia e olhamos para as pessoas, que é o mais importante. Muito obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (2:48:38”)

«Vou procurar se em breve para ver se consigo ter algumas respostas que outros não tiveram. Vamos lá ver se tenho sucesso.

Hoje é sintomático que estamos em campanha eleitoral. Estamos a assistir a debates públicos na televisão e há três temas que são fulcrais. Um tema são as escolas e o estado em que estava ensino. Outro tema é a saúde e o estado em que está a saúde, não só em termos de recursos humanos, mas também na degradação dos seus espaços. E o terceiro tema é a habitação que, como nós sabemos, é o grande problema, o calcanhar de Aquiles deste governo. Estes são os três grandes temas que, hoje, se discutem na sociedade portuguesa.

E são os também os três temas de que a Câmara trouxe para os próximos, sei lá, 15, 17 meses, já faltará menos, até ao próximo ato eleitoral.

Quanto às escolas, penso que já estamos mais que falados. Ao estado em que elas estão, isto basta ter estado aqui, no Conselho da Juventude, para ter assistido a algumas queixas, a algumas críticas por parte dos alunos que diariamente frequentam aquelas escolas, para sabermos o estado em que elas estão, não só em termos de instalações, mas também em termos de, enfim, bens que são necessários para a utilização diária naquelas escolas. Mas esse é um problema que, penso eu, que a Câmara poderá facilmente resolver ao nível das casas de banho e dos aquecimentos, enfim, dos apagadores e outras coisas mais que, aqui, foram referidas pelos alunos.

No entanto, hoje traz-me, aqui, um documento mapa que foi apresentado e tem a ver com a habitação, em que nós constatamos que há um financiamento, ou foi conseguido um financiamento, para o nosso Concelho, felizmente, de cerca de 5.200.000 euros para investirmos na habitação. Isto no âmbito da Estratégia Local da Habitação. Convém referir que no mandato anterior o Executivo, então, começou por elaborar uma Estratégia Local de Habitação, incipiente, como é óbvio, porque não havia fundos financeiros disponíveis para dar cobertura àquelas necessidades. Todos sabemos que o PRR surgiu pós queda do Executivo anterior. E todos sabemos que o PRR tem uma fraca execução até ao presente momento. E todos sabemos, ou alguns deveriam saber, que o PRR infelizmente está a recuperar obras e também aquisições feitas a partir de 2021 que não tenham sido apoiadas ou subsidiadas por outros fundos, para depois, agora, os seus procedimentos serem incorporados no PRR atual e, assim, ser mais uma fonte de financiamento para as instituições. Isto é chamada reengenharia financeira para justificar a maior execução dos fundos comunitários, porque, infelizmente, como todos sabemos, estas crises governamentais vão levar a que o PRR vá ter uma reduzida execução orçamental. Neste mapa é-nos dito que vão ser apoiadas 8 reabilitações de fogos habitacionais e é preciso que a população saiba onde é que estão estes fogos? Quatro destes fogos localizam-se na Avenida da Escola Secundária, portanto, são os fogos da Câmara Municipal de Ílhavo; dois localizam-se na Rua da Malhada, património da Câmara Municipal de Ílhavo; um em Cimo de Vila; e outro na Costa Nova, na Rua da Bela Vista e, também, propriedade da Câmara Municipal. Ou seja, nós estamos aqui a aproveitar verbas do PRR, e bem, para podermos reabilitar património nosso. Património nosso que não traz valor acrescentado, tanto quanto eu penso. E gostava que o Senhor Presidente me respondesse se estas oito reabilitações vão permitir a integração de 89 famílias. Ou, pelo contrário, se é apenas reabilitar espaços que já estão ocupados por oito famílias, oito ou mais. Não sei se serão só oito.

Também nos é dito que há um financiamento de 151.000 euros para comprar uma habitação, neste caso, é uma unifamiliar, na Rua Sacadura Cabral, 270, na Gafanha da Nazaré, o Senhor Presidente, aqui, deveria estar contente porque vão adquirir um fogo na Gafanha da Nazaré, um T3. E, agora, a minha pergunta, relativamente a isto, é saber se ele está em condições de habitabilidade, ou seja, se vai necessitar também ele de obras de reabilitação, pois que não me parece estar em condições ótimas para o fim.

Depois, temos mais quanto aos fogos. Há aqui dois grandes projetos, como já todos sabemos, e a Margarida acabou de aflorá-los, que são projetos cofinanciados submetidos à aprovação, mas que ainda não foram aprovados: que é o de aquisição de terrenos e contratação de fogos na Nazaré, no montante de 3.500.000 euros; e uma aquisição de terrenos e construção de fogos na Encarnação de 3.700.000 euros. E aqui impõe-se uma pergunta. Estes terrenos certamente estão devidamente identificados, não sei se os Senhores Presidentes de Junta saberão onde é que ficam, mas, enfim, a Câmara, pelo menos, deve saber, e a pergunta que se põe é: já existe ou não existe contrato promessa compra e venda com os proprietários dos terrenos para que o financiamento seja exequível? Ou seja, porque se a Câmara já abriu concurso para contratação de projetistas das especialidades para a realização destas duas empreitadas, pressuponho eu que os terrenos ou estão alinhavados ou estão acordados ou pelo menos deveriam estar comprometidos com a Câmara a sua venda. Gostaríamos muito de saber, Senhor Presidente, se ele já estão, ou não, em vias de ser, enfim, transferidos para o património da Câmara, para depois poder executar a respetiva obra que, certamente, vai levar os seus tempos. E já lá vamos.

Depois, também temos de ter em atenção, isto ao nível da habitação é o que nos é fornecido, depois, ao nível da saúde, temos as duas grandes empreitadas que, tanto quanto sabemos, felizmente, pela boca do Senhor Vereador num programa da Rádio Terra Nova, já teriam terminado os projetos de especialidades, porque, na altura dizia, que em meados de janeiro terminariam as especialidades. Portanto, já deveremos ter os projetos feitos. Estamos a falar do Centro de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré e a pergunta que se põe é se, à data

de hoje, os contratos já foram ou não foram assinados pelo representante da entidade financiadora. Porque, à data da última reunião de Câmara, os contratos não estavam assinados, estavam assinados pelo nosso Presidente João Campolargo, no dia 25 de janeiro, mas não estavam assinados pela entidade financiadora. Não sei se isto é um busílis ou algum problema, alguma areia no sistema, e vai adiar o processo.

Tudo isto para dizer o seguinte. Sabemos, a população sabe, está-se a trabalhar nos Centros de Saúde. Sabemos que se está a trabalhar nalgumas reabilitações que não são casas para novas famílias. Ou seja, não vamos cumprir aquilo que tínhamos prometido no Plano Estratégico Local de Habitação, que era termos, em 2022, feito edifícios ou apartamentos para 33 famílias. Já lá vai. Em 2023, 36 famílias. Também nada se fez. E, em 2024 são 13 mais 64 agregados. Vamos ver se conseguimos fazer alguma coisa com estas duas grandes obras na Nazaré e na Encarnação.

Portanto, o que eu pedia ao Senhor Presidente é que, se possível, nos respondesse a estas questões. Se os contratos são assinados? Se já temos contratos de compra e venda, de promessa de compra e venda naqueles dois grandes edifícios, na Nazaré e Encarnação? E saber se as reabilitações já estão ocupadas por munícipes, portanto, não trazem mais população para o Concelho.

É, na nossa opinião, se o Senhor Presidente nos quiser responder, o que nós temos a dizer é que é urgente, mas muito urgente, que estes projetos comecem a ser dinamizados para que seja possível concretizá-los o mais rapidamente possível. Porque, como nós sabemos, eles fazem falta não só à população de Ílhavo, mas também certamente à população dos concelhos limítrofes, porque isto, depois, é a oferta e a procura. E saber se as empreitadas para satisfação da melhoria do nível de vida das populações vão ou não vão avançar? Porque estes processos, como todos nós sabemos, são numerosos e podemos correr o risco de, em 2024, chegarmos a 31 de dezembro e pouco ou nada termos feito, como fizemos até hoje. Tenho dito.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:58':53")

«Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:58':58")

«Senhor Presidente, permita-me tecer aqui um comentário rápido sobre alguma experiência que tenho como autarca dos últimos anos. Acho incrível, inaceitável, e que a comunidade valorize ou não aquilo que eu vou dizer, o tempo que se gasta em cada período de intervenção. Peço desculpa, é um sentimento que tenho que vos passar. Acho incrível estarmos há três horas a discutir não sei o quê, não sei o que é que se passa quando os documentos estão claros e objetivos sobre as temáticas que estamos a falar. Não sei se queremos fazer mais do que aquilo que é a comunicação e a transparência da Câmara em toda a sua ação dia a dia e que podemos clarificar isto a qualquer momento, mas não posso aceitar isto e tenho de dizer isto ao meu Presidente da Assembleia, publicamente. Não posso concordar com isto quando eu pedi ao senhor Presidente da Assembleia que se tivessemos que trocar o ponto 2 para o ponto 1 e vice-versa, estariam aqui a noite que quiserem no dia 16, quando quiserem, porque eu não vou cá estar, e, portanto, gostaria de deixar o ponto 2 decidido.

E, portanto, Senhor Presidente, deixo-lhe este desabafo, este sentido, para que toda a comunidade perceba que o que fizemos até aqui, este momento, vale muito pouco ou nada para aquilo que é a ação, principalmente, de uma equipa que foi votada para gerir a Câmara Municipal e que isto não tem nada de gestão, nem sinto mais nada.

E, portanto, a minha vontade seria mesmo não responder a nada, de hoje para a frente não responder a nada, porque isto é uma brincadeira pegada com coisas sérias, com horas de trabalho, com dedicação de funcionários e com tudo, virmos para aqui dizer o que nos apetece e ler aquilo que os outros fizeram, com empenho e dedicação. E, portanto, não posso aceitar isto como Presidente da Câmara, votado por uma maioria. Não posso aceitar isto. E, portanto, as pessoas que me estão a ouvir aceitem isto como um desabafo meu. E, portanto, não estou para isto, não quero estar para isto porque eu não estou aqui como figura que tem que ser, como é que hei de dizer, outra coisa qualquer, o queiram chamar. Deixo-me para outros comentários porque ficarei mal nisto e exalto-me e não é o meu objetivo.

Diana, relativamente ao programa de ocupação jovem, melhorámos esse programa, queremos dar outras respostas, estão no terreno. Eu preocupo-me muito com aquilo que são as condições que nós podemos dar aos jovens que vamos ter connosco. E, portanto, espero

que continuem a participar mais jovens. Estes 181 fizeram o seu trabalho, mas com muita dificuldade em gerir, porque nem sempre as horas disponíveis são as melhores. Acontece no Verão, naquilo que são os festivais, naquilo que são as ações na floresta e tudo o que agregamos aqui. Mas, depois, vimos com muita dificuldade para conciliar as atividades deles com as nossas. Portanto, vamos tentar melhorar este trabalho com eles.

Relativamente aos resíduos, eu era para passar aqui à minha Vereadora, mas estamos muito contentes com os resultados que estamos a tirar do segundo mês. Diminuíram todas as cargas que existem de lixo separado nos nossos contentores, portanto, no verde, no amarelo e no azul diminuiu essa quantidade. É um comportamento nacional, não é um comportamento só nosso, mas diminuiu e também aquilo que foi para aterro diminuiu uma percentagem pequenina. Depois, se quiser, pede-nos isso e nós mandamos-lhe a informação do ponto de situação em que estamos. Mas os biorresíduos, já agora, Senhora Vereadora, são duas mil e quantas toneladas? 11.000 em janeiro. Portanto, estamos quase em 14, neste momento, em biorresíduos, está bem? Nem toda a gente aderiu, como está aí e poderá ler, portanto. Mas estamos nesse caminho, está bem?

Relativamente ao Rui Rufino, tenho pouco a dizer. Gostaria de fazer algumas referências, serei breve sobre isso. Ou serei breve ou não direi nada, pronto. Mas queria-lhe só dizer, relativamente ao equilíbrio financeiro, agradecer o espelho. Eu gosto de gerir a Câmara não é com o endividamento, nem preciso endividamento para gerir esta Câmara, nem vou precisar do endividamento. Pensei no passado e referi-o, e já ouvi os partidos a referirem isso que fui eu que disse, e disse. Porque se o puder fazer, esta Câmara está liberta para o fazer, mas julgo que esta Câmara tem condições, neste momento, para ser gerida da forma que está a ser gerida e continuar a ser gerida para fazer os seus investimentos. E aquilo que nós estamos a fazer, relativamente aos centros de saúde e às escolas, que queremos dar a melhor resposta, não sabemos quais são as outras despesas que vamos ter anexas a isto. E, portanto, precisamos de ter capacidade financeira para dar resposta no imediato a isso e fazer alterações orçamentais. E, por isso, estamos muito seguros sobre essa matéria. Sabemos perfeitamente que o valor, neste momento, de alguns materiais está a subir. O aluguer de contentores, por exemplo, para substituição de salas de aula, se for preciso, temos que o fazer à parte da candidatura, portanto, estamos conscientes das dificuldades todas. Se tivermos que encontrar uma casa de banho. Ontem, reunimos com as nossas associações de pais, financiámos um valor superior àquilo que tinha sido os outros anos para uma compensação daquilo que eram os registos e as evidências que nos tinham feito durante estes dois anos de trabalho. Portanto, estamos nesse caminho. Reforçámos muito aquilo que é o apoio social na nossa comunidade. Tudo tem crescido, tudo tem crescido. E ontem ouvimos, aqui, finalmente passados seis anos há este reflexo. Portanto, não sei se é do nosso trabalho, se não é. É o nosso sentir, é a comunidade próxima, é aquele trabalho focado nas pessoas, como o senhor disse e muito bem.

Relativamente à Margarida Alves. Tenho pena de não lhe poder dizer, hoje, que os DAE já estavam todos instalados. Tenho muita dificuldade em dar este passo para os outros seis, mas vamos consegui-lo, de certeza absoluta. Os projetos de intervenção seja do Partido Social Democrata, seja do PS, seja do partido Chega, que está aqui, hoje, representado, e bem - e cumprimento, desde já, o senhor Deputado também, peço desculpa, e também o meu colega candidato à Câmara Municipal em 2021, o Luís - e, portanto, fizemos o nosso trabalho. Não havia trabalho feito, não venham aqui enganar as pessoas, de forma alguma. Não venham dizer o que estava e que deixa de estar, mas vou deixar para o Senhor Vereador que ele dará as respostas precisas e cirúrgicas nesses assuntos

Mas vou-lhe dizer. Tivemos, realmente, que deixar as candidaturas que estavam abertas num quadro que não tinha mais dinheiro, que era o 2020 e, portanto, leu e bem. Fechámos, assumimos essa responsabilidade, mas as candidaturas às escolas, Margarida, e sabe disso tão bem, e vamos dizer lá fora, então, é só a 31 de março. Mas nós, em 31 de agosto, estávamos preparados. Tem havido prorrogações e prorrogações de prazos no PRR. Eu Não posso fazer mais. Não posso fazer mais. Isto está a acontecer todos os dias.

E, agora, veja. Hoje, na reunião com a minha equipa, tínhamos 7 ou 8 avisos. Respondemos? Não respondemos? Como é que vamos fazer se não temos capital humano para o fazer? Vamos subcontratar? E como é que vamos subcontratar? Não é? Não temos tempo. Portanto, não há hipótese. Não sei... algumas coisas estão mais capazes de poder avançar e conseguimos no *Route 25*, aqui, um valor financeiro já o ano passado, que, este ano, vamos empregar. Aquilo que é, daqui a bocado, espero eu, hoje, conseguir, com vocês, que esta demonstração de desempenho orçamental seja validada por todos. Pelo menos que cheguemos a esse ponto, porque desejo mesmo isso e para a equipa da Câmara é muito importante na segunda-feira terem esta ação feita.

Relativamente às outras obras nas escolas, é evidente que eu não contava com tantos problemas nas coberturas planas das nossas escolas, com meia dúzia de anos, com bueiros completamente emendados no seu interior, partir as paredes todas, com telhados a cair, com estuques a cair, com coberturas, com tetos... eu não vou falar isso, porque eu acho que o senhor Vereador Tiago fez o trabalho dele e sabe muito bem como é que o parque escolar estava. E, portanto, não vale a pena. Temos vindo a resolver? Temo vindo a resolver. Eu acho que não deveríamos era fazer referências, sequer, nesta sala, a isso porque toda a gente sabe que estas 17 ou 18 associações têm feito um esforço tremendo para nos transmitir a informação, assim como as nossas diretoras dos Agrupamentos. E não há meninos mais lindos, nem meninos mais feios. Há o que há. E tenho uma equipa a acompanhar isso e tenho uma técnica municipal a acompanhar isso todos os dias, juntamente com o meu Adjunto que nos está aqui a ouvir. Portanto, eu deixo isto.

Fizemos esse inquérito, agradeço, mas ainda está a decorrer, Margarida, não podíamos trazer para aqui informações porque ele está a decorrer.

Os estudos estratégicos, o Vereador também lhe dá uma informação sobre isso.

Quanto ao senhor Flor Agostinho. Eu vi que agora... há bocado, eu disse-lhe que devia fazer um livro, agora já vi que anda a ler o livro. Portanto, agora já fiquei aqui mais contente. Já fiquei mais contente. E vou-lhe dizer. É muito mau da sua parte fazer as referências aqui, sistematicamente, à Assembleia Municipal Jovem. Porque eu vou lhe dizer, aquilo que foi dito nessa Assembleia, passado 24 horas a Câmara sabia que metade das coisas que foram aqui ditas não eram reais. E foram aqui ditas. Aquilo que se disse da Escola EB 2,3 não é verdade, sobre as casas de banho, Senhor Flor Agostinho. E não lhe vou adiantar muito mais. O Senhor faz disso bandeira, como faz de muitas outras coisas. Continue no seu caminho que vai bem. As pessoas conhecem-no bem, têm-no bem referenciado e desculpe dizer-lhe isto assim, porque devia ter mais cuidado quando fala do Senhor Presidente da Câmara.

Depois, relativamente àquilo que estamos, os fogos a reabilitar e aquilo que é o nosso trabalho, eu acho que Senhor Vereador também lhe vai dar uma resposta.

Relativamente aos projetos da saúde. Pois olhe, eu vou-lhe dizer. Nós, ainda hoje, tivemos a nossa reunião de acompanhamento daquilo que foi a descentralização da saúde, que fomos o primeiro município do Distrito de Aveiro a assumir essa responsabilidade, onde, hoje, por exemplo, a Murtosa ainda não assumiu e estamos a ter problemas gravíssimos com isso. Se foi bem ou mal feito pelo atual Governo? Não vou julgar isso aqui porque acho que não é o palco para julgarmos. Mas dá para aprender muito, vou-lhe já dizer, porque recebemos equipamentos completamente cansados e que avariaram, agora, nas nossas mãos, por coincidência, está a ver?

Estávamos à espera de dois carros elétricos, também ainda não chegaram e, portanto, já tivemos a necessidade de comprar dois carros. Estamos a ter, todos os dias, surpresas nos centros de saúde. Temos vindo a colmatar isso com o orçamento municipal e, portanto, isso é que é importante. Se, depois, o processo de acompanhamento vai-nos trazer mais dinheiro que nós temos que fazer aqui um relatório de acompanhamento, o Governo também tem sido correto nisso e, portanto, tem feito isso. Fez na educação, fez na ação social, fez a correção na saúde e eu acho que a Associação Nacional de Municípios tem tido um papel fundamental. Eu estive nos últimos dois Conselhos Gerais da Associação Nacional de Municípios a representar os movimentos independentes e gostei muito daquilo que é o trabalho que, sob a liderança da Luísa Salgueiro, do Senhor Vice-Presidente, também, Engenheiro Ribau Esteves, e outros, têm feito um trabalho preciso. Aquilo que eu acho é que podemos tirar entre todos, muito mais dividendos de pressão sobre o governo, seja ele qual for. A Associação Nacional de Municípios não tenderá nem para a direita, nem para a esquerda, nem para o centro. É evidente que há partidos que não estão ainda representados nas autarquias locais, espero que o estejam no futuro para sermos mais fortes. Mas acho que esse resultado tem vindo a trazer para as autarquias muitos benefícios. Fico triste, quanto a mim, espero que vocês também o sintam, porque qualquer um de vocês o poderá ser, é porque é que tiraram 5% aos autarcas deste país e ainda não os repuseram, há tantos anos. Passo a palavra ao meu Vereador.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:10:52")

«Então, boa noite. Obrigado, Senhor Presidente. Boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, caros Deputados, caros Vereadores, caro público, caro Deputado à Assembleia da República e caro público que nos segue via internet.

Penso que na última sessão, no momento que eu tive de explicação da Estratégia Local de Habitação já tinha sido claro, mas, se calhar, por esta décalage que temos entre sessões, depois entrou no esquecimento e, portanto, estarei sempre disponível, seja aqui nesta

Assembleia, seja em qualquer momento para voltar a explicar a Estratégia Local de Habitação e todos os outros assuntos, porque é mesmo essa a minha função nesta Assembleia.

Portanto, relativamente à Estratégia Local de Habitação volto a referir aquilo que já referi várias vezes desde o início deste mandato que, chegados a esta Câmara Municipal, não tínhamos qualquer Estratégia Local de Habitação desenvolvida. Portanto, o que é que nós tínhamos? Tínhamos uma adjudicação a uma empresa consultora para desenhar essa estratégia, tinha sido adjudicada em agosto. Depois, provavelmente ou por férias ou por campanha, ou se calhar por limpeza de gabinetes, não houve trabalho qualquer desenvolvido. Portanto, quando nós entramos aqui, em funções, tivemos que iniciar esse trabalho que, já tivemos oportunidade de referir, era o caderno de encargos dessa assessoria. Era muito redutor. Mas depois de algumas reuniões com o IHRU, o Instituto da Habitação, verificámos que devíamos concretizar, uma vez que estávamos muito atrasados face a outros municípios que, nessa data, até já estavam a construir habitação e nós nem sequer tínhamos uma estratégia definida, muito menos aprovada. E foi esse o caminho que fizemos. Desenvolveu-se a estratégia, aprovou-se a estratégia e apenas com essa estratégia aprovada é que nos poderíamos candidatar ao programa de financiamento do programa 1.º Direito. Com essa aprovação, então, elencámos, aqui, uma série de opções, conforme tive oportunidade de explicar na última Assembleia. As opções que nós vimos aprovadas passaram desde a reabilitação de fogos que a Câmara já detém. e foram esses que foram há pouco referidos, os tais oito fogos. Sim, são fogos que a Câmara já tem, conforme explicado no documento e felizmente que o documento está tão detalhado que nos permite ler, em várias páginas, e conseguir tirar toda a informação necessária e até podermos confrontar essa mesma informação. Outra opção era a aquisição de terrenos para nova construção. Outra opção era a construção em terrenos da própria Câmara, que verificámos que não era possível porque, conforme já falámos aqui, a questão toda do património que também nos trouxe grandes dificuldades, portanto, onde estavam os registos das várias propriedades e, portanto, essas dificuldades todas da gestão de património que teremos ainda alguns anos para conseguir resolver. Vão ver que não vai ser fácil, evidentemente. Outra opção que tínhamos era a aquisição de edifícios que carecessem de reabilitação. Ainda tínhamos também a aquisição de edifícios ou fogos, neste caso, podem ser apartamentos ou podem ser moradias unifamiliares, que estivessem prontos a habitar. Portanto, essa moradia na rua Sacadura Cabral é uma moradia que está pronta a habitar.

Depois temos também aqui os investimentos, na Gafanha da Encarnação e da Nazaré, que foram referenciados, de facto são a aquisição de terrenos para, depois, construção. E conforme tinha tido oportunidade de referenciar, para nos candidataros à construção de fogos que possam envolver, ou não, a aquisição de terrenos, é necessário que já apresentemos a aquisição da prestação de serviços para a execução dos projetos, sempre condicionada à aprovação da candidatura. Portanto, tivemos mesmo que lançar o procedimento para a prestação dos serviços e de execução de projetos. É uma das obrigações que o programa exige. Portanto, a partir do momento que a candidatura for aprovada, o procedimento para a elaboração dos projetos já está feito e o trabalho poderá iniciar-se, portanto o contrato poderá ser executado. Bem, quanto à estratégia é isto que me compete dizer. Acrescento apenas que em algumas das candidaturas foi muito rápida a resposta. Verificamos que desde há um mês estão um pouco mais atrasadas, mas estamos na expectativa de as conseguir mesmo concretizar, até porque as temos que fazer até final de março para que possamos ter o financiamento. Mas, neste momento, não depende da Câmara. Depende, sim, do IHRU essa aprovação. Importa também referir que, foram aqui faladas várias vezes, a questão da Gafanha da Nazaré e os investimentos na Gafanha da Nazaré, para nós estranhámos a interpretação que se faz sempre daqueles que são os investimentos na Gafanha da Nazaré, porque nem podemos admitir que se queira pôr ou que se queira diminuir a Gafanha da Nazaré e as suas gentes, porque isso não faz parte daquela que é a nossa postura.

Agora, ou temos uma visão global da Gafanha da Nazaré e queremos encarar as coisas como elas são ou então vamos continuar sempre a querer acreditar naquilo que não é verdade. Vamos referir que é na Gafanha da Nazaré que estamos a fazer um investimento nos passeios na Praia da Barra, investimento superior a meio milhão de euros. Foi na Praia da Barra que se fez o maior investimento nos passeios, está a decorrer. É na Gafanha da Nazaré é que será feito o maior investimento no âmbito da Estratégia Local de Habitação, onde, para além da moradia que foi referida que foi aprovada essa aquisição, também temos em candidatura a aquisição de um prédio com 8 frações para ser reabilitado. É na Gafanha da Nazaré que temos a aquisição de um de um prédio urbano para construção de um edifício multifamiliar com mais de 20 fogos. Portanto, o maior investimento na Estratégia Local de Habitação é

mesmo na Gafanha da Nazaré. É também na Gafanha da Nazaré a que iremos fazer o plano estratégico para o centro da Gafanha da Nazaré e esse plano está em execução, portanto, não podemos estar, à data de hoje, a misturar conceitos e a falar dum plano estratégico que ainda está em desenvolvimento.

E conforme foi falado já, também nesta Assembleia, sobre este plano estratégico, este plano estratégico é um plano que será desenvolvido de forma participativa. Portanto, as pessoas vão ser chamadas a participar e a darem os seus contributos. Agora, esse plano ainda está na fase inicial e esse plano é que pretende dar uma centralidade à Gafanha da Nazaré e que a Gafanha da Nazaré tenha um centro como merece, conforme já tínhamos falado. Se em tempos, o centro estava na zona da Cale da Vila, onde, hoje, ainda está a praça de táxis, hoje sabemos que o centro da Gafanha da Nazaré se aproxima mais da Junta de Freguesia, do cemitério, da Fábrica das Ideias e do Centro de Saúde. É também na Gafanha da Nazaré, que será feito o maior investimento nos centros de saúde. Portanto, o centro de saúde da Gafanha da Nazaré assume um investimento muito superior ao de Ílhavo e terá uma resposta muito superior à que hoje tem. É também na Gafanha da Nazaré que será feito um grande investimento para a Maior Idade, onde será reformulado o Fórum da Maior Idade.

Depois, poderia seguir também com as escolas. Portanto, a Escola Professor Fernando Martins. Mas neste caso, para não diminuir, que não é isso que nós queremos, bem pelo contrário, porque Ílhavo terá duas escolas a serem intervencionadas. Mas felizmente que a Gafanha da Nazaré também teve a audácia de conseguir antecipar-se e em bom tempo teve um investimento por parte da *ParqueEscolar* para a sua escola secundária e que, infelizmente, não ocorreu em Ílhavo.

Também é na Gafanha da Nazaré, num trabalho muito estreito com a Administração do Porto de Aveiro, que vai ser realizada a empreitada do Cais dos Bacalhoeiros. E poderíamos seguir com outros investimentos.

Portanto acho que é importante não diminuirmos as gentes da Gafanha porque as gentes da Gafanha não merecem que se refira à Gafanha desta forma e que se tente enganar as pessoas.

E relativamente, ainda, a estes planos que nós pretendemos que sejam participativos, a única sessão que já houve de participação foi a do plano de mobilidade urbana sustentável que será para todo o município, mas também, neste caso, será para a Gafanha da Nazaré que, a par deste plano, também decorrerá um estudo de tráfego, uma vez que a Gafanha da Nazaré também tem o seu Porto Comercial, o Porto de Aveiro, e que implica um grande ou um muito maior tráfego de pesados, para além de também ter o eixo da A25 a passar pela sua Freguesia. Portanto, até esta questão da mobilidade teve destaque especial para a Gafanha da Nazaré, que as outras Freguesias não tiveram. E essa sessão foi feita na Gafanha da Nazaré. Portanto, a primeira sessão que foi feita, que não foi aberta ao público em geral, mas foi para várias entidades e, recordo também, a própria Assembleia foi convidada. Apenas um grupo esteve representado, portanto, também é importante referir essa questão.

Bem, e apenas só mais uma referência aos postos de carregamento para veículos elétricos. De facto, eles ainda não estão concretizados. E quando referimos, também, na atividade e de uma forma muito concreta, apesar da lição de humildade que tivemos no início desta sessão, nós, de uma forma muito concreta, dizemos que lamentamos muito os prazos terem aumentado e ainda não estar concretizado porque não era isso que ansiávamos e não tinha sido isso a que nos tínhamos proposto. Mas, de facto, estamos dependentes da E-Redes, porque tratam-se de 8 postos de carregamento para veículos elétricos e com várias potências, uns mais lentos, outros mais rápidos, e exige que haja disponibilidade de rede. Portanto, neste momento, estamos dependentes E-Redes. Ainda hoje tivemos, aqui, uma reunião de trabalho e posso-lhe dizer que não podemos distinguir o investimento público do privado, porque ainda nessa reunião também foi abordado o investimento privado que também tem autorização para um posto de carregamento para veículos elétricos há mais de um ano, à espera de resposta e de intervenção da E-Redes. Portanto, é generalizado porque estamos a ter um aumento exponencial de postos e a rede não consegue dar resposta dessa forma. Portanto, agradeço, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:22':51'')

«Muito obrigado, Senhor Presidente, pela referência a mais de uma dúzia de projetos e penso que muitos haveria a referir e que pontualmente também estão a ser efeitos e as intervenções que estão a ser feitas. Mas fico grato por esta forma, clara e objetiva, com que transmitiu isto. Acrescentando também as dinâmicas que o Porto de Aveiro está a ter e as preocupações que temos que ter também no nó de entrada da A25. Também é um trabalho que foi feito paralelamente com a Câmara Municipal, mas será um investimento do Porto de Aveiro.

Aquilo que também é o cabo que leva a energia da Gafanha da Nazaré para a Barra, que também já temos um orçamento e um estudo feito para avançarmos na definição de quem poderá ajudar a pagar, para termos uma circulação mais ampla de navios com outra capacidade, outra envergadura e com outro mastro a entrar no nosso Porto, visto que é interessante, para nós, na estratégia do turismo. Isto tudo a acontecer também na Gafanha da Nazaré, não reforçando aqui mais sobre isso porque teríamos muito também para dizer por Ílhavo.

Para não fazer outra intervenção e deixar também o membro Flor Agostinho também tranquilo sobre isso. Já hoje recebi, não sei se a assinatura virá, se não, mas uma referência assim, se me puderem informar o seu NIB para lhe transferir os 25% da verba do PRR para os dois centros de saúde. Já tem aqui essa informação, não preciso dizer que é bom, porque eu já sabia que ia acontecer. Confio plenamente nos órgãos do Governo que tenho e nos futuros, portanto, estou tranquilo com os órgãos de gestão. Portanto, já aconteceu. Não sei se me vão transferir para amanhã ou daqui a um mês, e não de depois, efetivamente, concretizar o resto. Portanto, está tudo a fazer o seu ciclo. Queremos depois lançar as empreitadas, ver o resto das coisas e, portanto, será tudo a seu tempo. Muito obrigado, Senhor Presidente. É tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:24':35")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir as inscrições para uma segunda intervenção. Do Partido Socialista? Temos a Diana. Do 'Unir Para Fazer? Não? Muito bem. Do PSD? A Margarida e Flor Agostinho. E do Chega temos o Sérgio. Muito bem, Diana, por favor.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (03:25':14")

«Eu queria só vir mesmo fazer uma pequena anotação sobre a forma como o Senhor Presidente falou e se dirigiu aqui a esta Assembleia, a forma como se dirigiu ao Senhor Presidente da Mesa e a forma como, na minha visão, desrespeita um pouco aquilo que é o trabalho que nós estamos todos aqui a fazer e para o qual estamos aqui reunidos. Estamos a trabalhar respeitando os tempos que estão previstos para fazer cada coisa. As regras que estão previstas para cada coisa. E já não é a primeira vez, nem a segunda, que nós estendemos o nosso tempo da Assembleia para podermos aprovar pontos que o Senhor Presidente pede e que é necessário que os aprovemos numa determinada reunião. É de lamentar a forma como se dirigiu. Enfim.

A atividade municipal, que é um ponto tão importante, aliás, se calhar, será um instrumento mais importante para aquilo que nós estamos aqui a fazer e para o qual fomos eleitos.

É só isto que eu queria dizer, fiquei um bocadinho desiludida com a forma como se dirigiu, mas compreendo a frustração e compreendo a preocupação. Espero que consigamos aprovar os seus pontos hoje. Tenho dito.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:26':42")

«Pegando no tema que a Diana acabou de falar, até poderia ter invocado, novamente, a Defesa da Honra desta Assembleia Municipal. Decidi não fazer, decidi inscrever-me porque, de facto, há uma coisa que eu sei. A Assembleia Municipal, de cada município, é o órgão máximo. E por ser o órgão máximo, é a este órgão que os Executivos prestam contas da sua atividade, contas financeiras e contas na sessão que fazem no seu mandato. E sim, já não é a primeira vez que eu ouço o Senhor Presidente da Câmara dizer "a Margarida não falava assim". Pois não. Sabe que eu não falava? Porque estava na Mesa. E por estar na Mesa sempre senti o respeito de toda a gente. Coisa que, tem sido sucessivo, não tem acontecido neste mandato. Eu peço imensa desculpa, mas a diferença comportamental é abismal. Eu tenho tempo para falar nisto, porque quem controla os tempos, quem regula os tempos, quem faz o Regimento, quem publica o Regimento, é a Assembleia Municipal.

Senhor Presidente, a Assembleia Municipal, O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, segundo o início desta sessão, diz que não recebeu informação da sua parte para alterar a ordem e quem definiu a ordem foi o Senhor Presidente de Câmara. Chegou aqui, hoje, no início da sessão, pediu alteração da ordem de trabalhos. Nem o 'Unir Para Fazer' aceitou essa sua proposta? Não foi votado por unanimidade? Não? Então peço imensa desculpa. Eu também erro, sou um ser humano, eu também erro. E não, não é preciso porque eu não preciso de tábua de salvação para nada.

E quando falar, porque a minha intervenção, assistiu à minha intervenção pela bancada do Partido Social Democrata no mandato anterior, que findou, com a morte do nosso professor Fernando Maria, porque foi eleita uma nova mesa da Assembleia, naturalmente que há um

recato, um controle e, acima de tudo, a isenção na gestão dos trabalhos, que é o que acontece atualmente. É assim que tem acontecido nos últimos quase 50 anos de democracia.

Se depender, e segundo o Regimento, porque nós não vivemos disto e também temos família, também temos problemas, também existimos... é assim, eu utilizo o tempo como eu bem entender. Se não quer pôr atividade municipal para ser debatida nesta Assembleia, não ponha para a ordem de trabalho. Senhor Presidente, tenha a coragem de o fazer. Então, se é obrigatório, o debate também é legal. É aqui e não precisa de me responder, Senhor Presidente.

Relativamente às questões que lhe coloquei. Porque só responde às minhas provocações, portanto. Mas felizmente há aqui uma exceção relativamente à Gafanha da Nazaré, tantas vezes referida pelo seu Vereador João Semedo. A Gafanha da Nazaré, a ciclovia da Praia da Barra, de onde vem? Há quanto tempo? Ok.

Dizer a um cidadão da Gafanha da Nazaré, que vive e trabalha, que têm que pensar a zona central da cidade, quando é uma cidade - se calhar, nem todas as cidades se podem vangloriar disto - que tem duas zonas centrais e se disser às pessoas da Cale da Vila que o centro da cidade vai deixar de ser ali, que vai retirar a praça de táxis e pôr noutro lado, ou vai dizer que... a mim o que me preocupa é quando a Avenida é usada de forma indevida pelo transporte de matérias mais sensíveis, mas isso acontece. Também não é a Câmara Municipal que tem que tem que controlar isso. Naturalmente que a deslocação que está feita e planeada, eu não vou dizer que sou contra. Subscrevo por baixo. Agora, dizer às pessoas da Cale da Vila que vai deixar de ser uma zona central quando quem está na Gafanha da Nazaré sabe que há 30 anos era a Cale da Vila o centro da Gafanha da Nazaré, porque não existia a zona habitacional e de serviços que existe agora, com o Edifício Jardim - era o Caracas, o cinema era lá, era no Caracas - a Praça de Táxi, portanto, não estou a dizer mentira nenhuma, porque eu não ando aqui há meia dúzia de dias. Felizmente, é uma zona onde eu vivo, e trabalho no outro centro, na outra zona central. Portanto, dizer que a zona onde eu vivo e resido, que há serviços, nomeadamente de farmácia, de assistência à família, seja por fisioterapia, seja por ortopedia, seja por medicina dentária, onde nós também pusemos um parque público de estacionamento, dizerem às pessoas que ali vivem que têm acesso direito ao Cais dos Bacalhoeiros, temática que o Partido Social Democrata traz esta Assembleia, desde os mandatos anteriores, e que tenho defendido há muito tempo. O Cais dos Bacalhoeiros é uma luta de anos, Senhor Vereador João Semedo. Se o resolver, se pressionar o Porto Aveiro, se concretizar neste mandato, cá estarei para lhe dizer "Vereador João Semedo, conseguiram, parabéns". E a população vai agradecer e a indústria que lá está também vai agradecer. Porque é insustentável aquilo que nós, Partido Social Democrata, já adivinhávamos com o prolongamento do Porto de Aveiro e o Porto de Aveiro, ainda não pagou a fatura ou reabilitar o Cais dos Bacalhoeiros.

Agradeço o esclarecimento, quanto aos postos de abastecimento, feito pelo Vereador João Semedo. E nós não estamos aqui para enganar as pessoas. Vocês não ganharam ao Partido Social Democrata por uma margem tão astronómica e na Nazaré não ganharam. E, pelos vistos, querem continuar a não ganhar. Porque não é só usar o nome. As pessoas da Gafanha Nazaré sabem, e fica registado, da mesma forma que o Presidente da Câmara fica com o registo das minhas intervenções, então registe também esta. Eu vivo e trabalho na Gafanha da Nazaré. Eu sou autarca do Município, já fui autarca de Freguesia. Já ando nestas vidas há mais de 20 anos. E há uma coisa que eu sei, tenho ajudado a motivar juventude à participação. É essa Juventude que eu acho que tem que tomar rédea ao Município, porque eu sei que esta juventude não quero emprego. É uma Juventude de missões. Quer ficar em Portugal, quer produzir, quer ficar na sua Freguesia, quer contribuir, quer participar. Basta ver os jovens que vêm aqui falar. E dou os parabéns pelo sentido crítico e assertivo com que apresentam as vossas questões. Eu já estou mais velhota, mas também já fui como vocês. E há uma coisa que eu sei nunca deixarei de sonhar porque tive boas referências, tive boas referências familiares, tive bons conhecimentos políticos. Sei perfeitamente, desde muito jovem, o que é a simpatia e o respeito democrático que deve existir entre as Instituições. Senhor Presidente não vale a pena dizer que estamos aqui como se fosse para verbo de encher, e estou a chegar ao fim, permitam-me a expressão, mas não esteve bem, não esteve bem e agradeço esclarecimentos às questões colocadas. Pronto, fui um bocadinho fofinha para vocês e obtive algumas respostas. Muito obrigado.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (03:35:49")

«Ora, bem. Vou incidir a minha intervenção na questão do sucesso dos biorresíduos. Fico contente que realmente haja sucesso na recolha de resíduos. Fico triste que seja cidadão a pagar esse sucesso. E continuo a não entender, como já tive antes a oportunidade, também,

de manifestar, a discriminação que existe por parte das empresas do Canal Horeca, a quem a Câmara tratou de arranjar um mecanismo para ir lá recolher os referidos biorresíduos, quando o município tem que pagar pelo lixo que produz. Portanto, aqui há uma discriminação, realmente, que não se compreende. É bom que as pessoas que estão lá em casa pensem um pouco porque é que isto está a acontecer, e se é que existe, ou não, aqui interesses por trás relacionados com o assunto. Portanto, acho que este Executivo, no que diz respeito à questão do tratamento dos lixos, tem pouca iniciativa e continuam a apostar num modelo que está esgotado, que a qualquer momento vai ser imposto, por normas nacionais, a sua alteração e continuam, aqui, a apostar num modelo que está completamente esgotado. Portanto, já era tempo e não é por falta de recursos financeiros - pode ser, eventualmente, por falta de recursos humanos e eu, aí, até consigo compreender e até subscrevo - mas realmente não é por falta de dinheiro que não se implementa outro modelo. Até já aqui foi várias vezes falado, por mim e por outros colegas, para olharem para os concelhos vizinhos e ver o que é que está a ser feito. Mas teimam continuar a trabalhar num modelo obsoleto, esgotado e a penalizar os munícipes, coisa que eu não consigo entender. Também já aqui foquei que há alternativas, nomeadamente a olhar para o valor do vidro e dos metais que são colocados nos ecopontos e, portanto, alguém pagar a fatura que não o munícipe. Continuando, fico também contente ver as obras que estão a acontecer finalmente, nomeadamente a requalificação das piscinas, há muito necessária. Mas faço aqui uma crítica construtiva que é preciso fazer muito mais para além do que foi feito. Efetivamente melhorou-se as caixilharias, melhorou-se o isolamento da cobertura, mas há muito mais para além disso que pode ser feito. E existe não só financiamento público, como existe dinheiro por parte do município para o fazer. Portanto, é uma crítica construtiva e um desafio ao Executivo. Há pouco ouvi o nosso Presidente a divagar acerca da iluminação que é LED, mas que o fotovoltaico ainda não está a funcionar. Pois podemos ter esta iluminação mesmo a partir de fotovoltaico, basta querer instalar baterias. E, se calhar, neste momento, já é um investimento com um bom retorno. E fico por aqui. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:39:23")

«Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:39:30")

«Vou passar aos senhores Vereadores para darem uma palavra.

Eu vou-lhe dizer, se vier cá durante o dia, se calhar, já temos alguma energia fotovoltaica que estamos a receber da comunidade energética, não é? Portanto, não vou falar muito mais sobre isso que você já sabia disso e, portanto, foi assim uma pescadinha, está a ver?

Relativamente ao sucesso dos biorresíduos a Senhora Vereadora Mariana falará sobre isso num instantinho, peço-lhe para ser rápida, por favor.

E relativamente àquilo que é a atividade municipal, pois fiquei mais uma vez esclarecido sobre a conversa da Margarida sobre a atividade municipal e gostei muito desta segunda intervenção. Muito obrigado.»

Vereadora do Executivo, Mariana Ramos: (03:39:30")

«Então, muito rapidamente cumprimentando a todos.

Os biorresíduos, a matéria dos biorresíduos, efetivamente, tem dado espaço para diversas discussões em sede de Assembleia e é muito positivo que assim seja.

Naturalmente que a expectativa da participação do inquérito, à data, da minha parte seria superior àquela que se tem verificado. E, assim como a expectativa que eu tinha também relativamente à participação do Orçamento Participativo no ano passado, era uma expectativa muito mais elevada que aquela que se veio a verificar, relativamente não só à submissão de propostas, como também depois à votação. As pessoas, quando são chamadas a participar ativamente e a contribuir para o desenho daquelas que são as soluções que vão influenciar diretamente o seu quotidiano, por vezes, esta esta questão fica um pouco de lado e isso sim é que nos deve preocupar.

Desta forma, e pegando também na intervenção inicial do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que apresentou a lista de documentos que recebeu, um deles era efetivamente o PAPERSU, o inquérito no âmbito do plano de ação, passar aqui, também, aproveitar este fórum para passar a mensagem do quão importante é perceber de que forma é que os nossos munícipes se posicionam em matéria de resíduos, não só de biorresíduos. Por isso, o PAPERSU é importante que se passe a mensagem que não se trata duma questão

associada aos biorresíduos, mas sim à gestão de resíduos e à forma como nós temos que pensar o futuro da gestão de resíduos. Este PAPERSU do município está naturalmente associado ao PAPERSU da Intermunicipal, ou seja, neste caso, é da região abrangida pela ERSUC, da responsabilidade da ERSUC, que é a CIM da Região de Aveiro e a CIM de Coimbra. Estes dois PAPERSU têm que se conectar, têm que ambos concorrer para os objetivos nacionais. E respondendo à Diana porque a questão foi colocada, naturalmente que tudo aquilo que venha a ser desenhado no futuro tem que ter em consideração aquilo que é a perspetiva da população e a auscultação que está a ser feita. É porque, como eu já disse várias vezes nesta Assembleia, é impossível, e volto a frisar, assim como a perceção relativamente aos espaços verdes, aquilo que é feito, é impossível sentirem-se resultados quando não se mudarem mentalidade e quando a nossa atitude, perante aquilo que é a colaboração no processo, não mudar. Por isso, este plano de ação vai depender essencialmente do nosso empenho enquanto município, ou seja, da Câmara Municipal, todos os munícipes e, inclusive, da entidade gestora em alta. Nós iremos sempre depender da qualidade de trabalho de quem estiver a jusante de nós para cumprirmos com as metas estabelecidas no âmbito da PAPERSU2030, que são umas metas bastante exigentes. Naturalmente que estes primeiros meses, ou seja, este primeiro mês em pleno de recolha dos biorresíduos no Canal Horeca trouxe-nos resultados que já são consideráveis e contamos com o alargamento da rede. Contamos ainda com a implementação, que está prevista em orçamento, da recolha na comunidade e com isto iremos atingir exatamente a meta prevista relacionada com os biorresíduos, acrescido aos resíduos verdes que já eram recolhidos e valorizados. Em matéria de biorresíduos, penso que, porque já disse o essencial relativamente à questão do sistema, é importante responder aqui ao senhor Sérgio Louro que nós temos um contrato com uma entidade, um prestador de serviço que prevê exatamente a prestação de serviço tal como ele está desenhado, neste momento. Por isso é que tivemos que estabelecer uma adenda ao contrato existente para poder avançar com esta recolha porta a porta. E na altura, quando foi discutida esta prestação de serviços, não estava previsto a implementação de um serviço de recolha porta a porta e trifluxe. Desta forma, o que nos resta é, efetivamente, trabalhar afincadamente para preparar o próximo período que irá contemplar com recolha diferenciada, e é isso que estamos a fazer. Penso que já respondi de uma forma...»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:46:18")

«Eu queria só clarificar aqui a questão do plano estratégico para a Gafanha da Nazaré, porque, em momento algum, eu referi que a Praça de Táxis poderia ser transferida da Cale da Vila para outro local. Aquilo que eu falei é que uma eventual centralidade que pudesse existir na Gafanha da Nazaré, em tempos, era na zona da Cale da Vila, mas poderíamos aqui discutir alguns conceitos de planeamento urbano, mas penso que hoje não é este o fórum adequado. Contudo, importa referir que a Gafanha da Nazaré, tal como referimos e foi um dos considerandos para avançarmos com este estudo, é que a Gafanha da Nazaré desenvolveu-se, ao longo do tempo, por um arruamento que é hoje a Avenida José Estevão. Portanto, a Gafanha da Nazaré não tem um centro e jamais uma localidade pode ter mais que um centro, portanto, o centro é único. Agora a tal centralidade, em tempos, era de facto na Cale da Vila. Hoje ainda tem alguns serviços. Aquilo que vemos, hoje, é que grande parte dos outros serviços estão, de facto, nas imediações da Junta de Freguesia ou do Cemitério e da Igreja. Mas o mais importante que nós podemos tirar da intervenção da Senhora deputada Margarida é que, realmente, esta discussão é importante. Portanto, acho que temos que ficar todos satisfeitos de termos avançado com este procedimento para a elaboração dum, estudo de estratégia do masterplan para a Gafanha da Nazaré, porque, de facto, esta discussão é importante. E é importantíssimo definirmos, a longo prazo, aquilo que queremos para a Gafanha da Nazaré para que a todas as intervenções que venham a ser executadas, no futuro, sejam devidamente planeadas e estruturadas. É isso que pretendemos definir. Onde é que vamos querer os locais, onde é que queremos que sejam as vivências, de que forma é que queremos que os espaços se possam desenvolver e onde é que queremos que as pessoas possam usufruir desses mesmos espaços. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:48:20")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. É tudo para este ponto. Muito obrigado.»

A “Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01NOV2023 a 31DEZ2023” foi apreciada.

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:48':23")

«Obrigado. Muito bem. Eu não podia deixar também de deixar aqui um comentário depois da observação feita pelo Senhor Presidente da Câmara.

Relembra-lo que nós não estamos numa reunião de Câmara, estamos numa reunião da Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal merece o seu respeito, como o respeito a si e ao seu Executivo. A Assembleia Municipal é um órgão autónomo, tem um Regimento que foi trabalhado por todos os Deputados e, portanto, não vejo, não vi esta noite qualquer momento em que alguma dessas regras tenha sido violada. O senhor tem a sua opinião. Tomámos nota, ficará em Ata, mas não poderia deixar de tecer este comentário. E peço ao Senhor Presidente que se acalme e que se modere, mas mais importante que responda aos Deputados desta Assembleia Municipal porque esta Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador do órgão que lidera, que se chama Câmara Municipal, sempre com o objetivo de fazermos o melhor pelos nossos munícipes, o melhor pelo nosso município. É esse o grande objetivo. É isso que nos faz estar aqui a esta hora.

Bem, já passámos a meia-noite e meia. Está tudo bastante quente, não sei porquê, mas proponho encerrarmos os trabalhos. E, portanto, vamos ler a Ata em Minuta.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:49':55")

«Senhor Presidente. Mais uma vez o Senhor pode dizer o que quiser. O Senhor continua a penalizar esta Câmara. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:50':03")

«Solicito que seja colocada à votação do Plenário a interrupção ou a continuidade dos trabalhos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:50':07")

«Muito bem. Vamos então colocar à votação. Quem concorda com continuação dos trabalhos? Ok, muito bem. Quem discorda com a continuação dos trabalhos?»

O Plenário aprovou, por maioria (16 votos a favor – PSD, PS e Chega, e 8 votos contra – Unir Para Fazer) a interrupção dos trabalhos e a sua continuidade no dia 16 de fevereiro.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:50':24")

«Vamos encerrar os trabalhos por hoje e vamos ler a ATA em minuta. Não creio haver condições para começar a discutir um ponto tão importante como é o ponto 2 depois da meia-noite e meia.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (03:50':55")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:51':54")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:52 do dia 10 de fevereiro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por UNANIMIDADE

9, 2 2024

Voto de Louvor

Dão pelo nome de “Perpétua” e formam um coletivo de jovens músicos. São eles a Beatriz Capote, o Diogo Rocha, o Ruben Teixeira e o Xavier Sousa. Quatro talentosos músicos da nossa Terra, ela de Ílhavo, eles da Gafanha da Nazaré, com idades compreendidas entre 25 e os 28 anos.

O percurso musical inicia-se numa escola de música da Gafanha da Nazaré, “Arte & Som” e com uma amizade duradora que viria a ser a semente de onde germinaria a “Perpétua”, à qual se juntaria a Beatriz, ultima pétala desta flor.

Seguiram as suas vidas académicas com sucesso, mas é na música que se completam e reinventam. Dizem eles que “acima de tudo procuram pintar novas paisagens musicais, cantando a tristeza alegremente, de forma leve e demorada, como se cuida um jardim”. Foi em 2019 que decidiram abraçar este projeto e começar a trabalhar em músicas originais.

Lançam o seu primeiro single “Condição”, em setembro de 2020, estreando-se nesse mesmo ano ao vivo na abertura de um concerto de André Henriques. Em março de 2021 lançam o seu álbum de estreia “Esperar Pra Ver” e com ele o single “Perdi a Cor” que os deu a conhecer a nível nacional. Neste mesmo ano, numa parceria com a Câmara Municipal de Ílhavo reinventam cinco canções do Carlos Paião com o EP “Muito Mais”.

A banda fez parte dos Novos Talentos Fnac em 2021, com a música “Perdi a Cor”. A digressão do primeiro álbum contou com 25 concertos e totalizam mais de 300 mil audições dos seus trabalhos nas plataformas digitais.

Subirão ao palco do Festival da Canção RTP 2024, na meia-final do próximo dia 24 de fevereiro com a canção “Bem Longe Daqui”, uma música que canta a alegria da vida.

Será também em maio deste ano que revelarão o seu segundo álbum de originais.

É neste sentido e porque acima de tudo valorizamos o caminho e o percurso desta jovem banda no panorama musical, destacando a sua perseverança e determinação, que se propõe a aprovação do presente voto de louvor, testemunhando o nosso apreço e reconhecimento destes quatro jovens talentos da nossa terra.

Ílhavo, 7 de fevereiro de 2024

O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Ílhavo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Fevereiro 2024, realizada a 9 de fevereiro, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Fevereiro 2024 Primeira Reunião de 09FEV2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			
António Pedro Oliveira Martins		X	
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		X
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Substituições			
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substitui André Filipe Casqueira Guimarães			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, Augusto Manuel da Rocha da Silva substituído pelo Secretário, José Augusto Ribau Carapelho			X
O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, Luís Carlos Cardoso Diamantino substituído pela Tesoureira, Daniela Apolinário Pimentel			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 9 de fevereiro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.02.12 11:19:41+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO de 2024 (reunião de 9 de fevereiro de 2024)

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação das Atas n.º 23 e 24, referentes à Sessão Ordinária de Novembro de 2023. As Atas foram aprovadas por **Unanimidade**.

Aprovação da Ata n.º 25, referente à Sessão Extraordinária de Dezembro de 2023. A Ata foi aprovada por **Unanimidade**.

Voto de Louvor ao grupo Perpétua, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Ponto 1. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01NOV2023 a 31DEZ2023**". A Comunicação foi apreciada.

Conforme previsto, a sessão terá continuidade no dia 16 de fevereiro, sexta-feira, às 21:00, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 9 de fevereiro de 2024, respeitante à Sessão Ordinária de Novembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2024.02.12 11:18:50+00'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos